



# Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastlio Zanusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28.04.98**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Dyrval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Pupprio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Proposta de Emenda:**

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

Artigo Único - Os artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná passam a ter a seguinte redação:

"Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia Militar;
- III - Polícia Científica.

Parágrafo Único - O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

"Art. 50 - A Polícia Científica com estrutura própria, incumbida das perícias de criminalística e médico-legais e de outras atividades técnicas congêneres, será dirigida por perito oficial de carreira da classe mais elevada, na forma da lei.

§ 1º - A função policial científica fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

§ 2º - O Conselho da Polícia Científica é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais.

§ 3º - Os cargos da Polícia Científica serão providos mediante concurso público de provas e títulos, observando o disposto na legislação específica.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: Dr. Rosinha, João Techy, Augustinho Zucchi, Eduardo Trevisan, Milton Pupprio, Sérgio Spada, Nelson Tureck, Toti Colaço, Valdir Rossoni, José Maria Ferreira, Marquinhos Alves, Hermas Brandão, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Alborghetti, Sâmis da Silva, Walmor Trentini, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, César Seleme e 01 ilegível.

**JUSTIFICATIVA:**

Esta proposição visa conferir maior eficiência ao nosso Sistema de Segurança Pública, no que tange à investigação de delitos.

A crescente criminalidade e a sofisticação do crime, principalmente o crime organizado, exige a criação de um órgão destinado especificamente à investigação científica, visando des-

cobrir a autoria e a materialidade das infrações penais.

Em nossa legislação processual penal, o exame de corpo de delito é imprescindível quando a infração deixar vestígios e se constitui, em sua essência, na soberana das provas que embasam as decisões judiciais.

As perícias, quando cientificamente produzidas, têm significação que transcende à própria configuração de ato processual, pois impõem-se como verdadeiro instrumento de garantia da liberdade individual, na medida em que impede a imputação leviana ou insidiosa, muitas vezes urdida, através da abusiva manipulação dos processos empíricos de investigação criminal administrativa.

A Polícia Judiciária considerada "latu sensu", atua, hoje, em dois aspectos distintos: a coleta da prova material - a perícia - e a formação da peça inquisitória, no que aproveita as demais diligências, investigações, depoimentos, buscas, interrogatórios, acareações, etc. Esse último conjunto, obviamente constitui a base advinda da experiência, enquanto que a perícia contrariamente ao primeiro procedimento é de natureza eminentemente técnico-científica.

A prova material, traduzida no Laudo Pericial, é a única peça produzida na fase de inquérito policial que subsiste - sem ser refeita em juízo - até a decisão final do processo.

Por isso o perito é considerado auxiliar da justiça, definido em normas da lei adjetiva penal, com atuação no exame de corpo de delito, submetendo-se, conseqüentemente, à justiça e disciplina judiciária.

A criação da Polícia Científica, mediante desvinculação funcional, técnica e financeira dos Institutos de Criminalística e Médico Legal, conferindo-lhes posição autônoma dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Segurança Pública daria maior eficiência ao sistema investigatório e colocaria a polícia combatendo a criminalidade em condições de igualdade.

A desvinculação aqui proposta não é inovação. Em congresso latino-americano de penalistas, cujo objetivo era a apuração da violação dos direitos humanos na América Latina, concluiu-se em tese aprovada que, devido à sua relevância nesse âmbito, a perícia criminal deveria ser deslocada da es-

fera policial, como garantia de sua imparcialidade.

Experiências modernas praticadas na Europa (Inglaterra, França, Alemanha, Suíça, etc.) e Estados Unidos, demonstraram o inequívoco acerto dessa autonomia. Nos países citados, os Órgãos Técnico-Periciais, passaram a constituir centros de pesquisas autônomos, ou, conforme o caso, integrando a estrutura de Universidades, dentre cujos cursos, inclusive, há um específico para a formação de peritos em criminalística.

Enfim, deve-se ponderar que a proposta, nos moldes como se acha formulada - desvinculação do Departamento de Polícia Civil para a constituição de órgãos ligados diretamente ao Secretário de Estado de Segurança Pública - não acarretará ônus para os cofres do Estado, quer em despesa de capital ou de pessoal.

Ambos os Institutos contam com prédios pertencentes à SESP, construídos especialmente para abrigar os serviços periciais, laboratório, necrotério, museus do crime, anfiteatro e sala de aula, etc.

Seus quadros funcionais são específicos e estabelecidos por lei, em carreiras: Perito Criminal, Médico Legista, Toxicologista, Químico Legal, além de pessoal de apoio técnico e administrativo (Auxiliar de Necrópsia e Perito Policial (em extinção)).

A independência, a liberdade e o caráter científico, validades que seriam ampliadas a seus membros, propiciariam extraordinário aumento na eficiência dos trabalhos. A concretização desta proposta envolve também benefícios para a própria Instituição Policial, outorgando maior tranquilidade ao cidadão, inclusive pela possibilidade dos laudos periciais passarem a fortalecer seu cunho científico, em favor da modernidade e dos altos interesses da Justiça Criminal.

Acresce à manifestação em forma de proposições, em congressos da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Comissão dos Direitos Humanos a nível federal, favoráveis à desvinculação dos Institutos de Criminalística e Medicina Legal, da Polícia Civil nos Estados.

#### **Mensagens:**

**MENSAGEM Nº 016/98**

Curitiba, 14 de abril de 1998.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa

Exmos. Srs. Deputados

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1999.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de seis capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos Orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais; e

VI - outras disposições.

O Poder Executivo ficará à disposição, através da Secretaria de Estado da Fazenda para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1999.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 1999, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais; e

VI - outras disposições.

#### CAPÍTULO I Das Prioridades da

#### Administração Pública Estadual

Art. 2º - Constituem prioridades no Governo Estadual a continuidade das ações que visem:

I - a industrialização do Estado para torná-lo menos dependente do setor primário;

II - o investimento para melhoria da qualidade de vida, da qualificação de recursos humanos e da infraestrutura do Estado, assegurando políticas públicas convergentes nas áreas do meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia;

III - a melhoria no atendimento às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, segurança, habitação, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de emprego e de renda;

IV - a efetividade na gestão pública, com a otimização do uso dos recursos públicos no contexto de equilíbrio financeiro do Estado.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior estão detalhadas, por Programa de Governo, no Anexo a esta Lei e terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1999.

#### CAPÍTULO II

#### Da Organização e das Estruturas dos Orçamentos

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto de:

I - Exposição Justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado;

II - Texto de Lei;

III - Anexo I contendo a legislação e os resumos gerais da receita referente ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - Anexo II contendo resumos gerais da despesa dos Orçamentos Fis-

cal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos:

V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgão de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, terão suas despesas elaboradas por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, observando a classificação da despesa quanto à sua natureza, que identifica a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. O projeto da Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais  
Juros e Encargos da Dívida Pública  
Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida Pública  
Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando o seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade.

Art. 7º - O Programa de Obras, será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e

valor discriminado segundo a fonte de recursos.

### CAPÍTULO III

#### Das Diretrizes para a Elaboração dos Orçamentos do Estado

#### SEÇÃO I

##### Das Diretrizes específicas para os Poderes Legislativo, Judiciário e para o Ministério Público

Art. 8º - Ficam estabelecidos os seguintes limites percentuais da Receita Geral do Estado, após excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público:

Poder Legislativo.....5%  
Poder Judiciário.....7%  
Ministério Público.....3%

Art. 9º - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, dentro dos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 10 - As propostas dos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não poderão ser apresentadas com valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os valores correspondentes aos limites percentuais deverão ser utilizados para atender prioritariamente as despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

#### SEÇÃO II

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 11 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1998.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à

taxa oficial de câmbio vigente em 1º de julho de 1998.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1998, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 12 - A Lei Orçamentária Anual poderá indicar critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Art. 13 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos Débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com a destinação prevista neste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e Unidades encaminharão à Secretaria de Estado da Fazenda, até o dia 20 de julho de 1998, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos no orçamento de 1999, especificando:

- número do processo;
- número do precatório;
- data da expedição do precatório;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 1998, conforme § 3º do artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná).

Art. 14 - As receitas destinadas aos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 15 - Os Orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ter fixadas despesas, sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser incluídas ações que tenham a mesma finalidade, em mais de um Órgão.

Art. 17 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual.

§ 1º - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua conclusão.

§ 2º - As obras constantes do Anexo V serão identificadas como novas, em andamento, paralisadas e reativadas, conforme a situação em que se encontrem.

Art. 18 - O valor de Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Art. 19 - Nas programação dos orçamentos não poderão ser incluídas despesas a título de investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual.

Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1999 destinará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários:

I - aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais apresentados no Art. 8º deste Projeto de Lei Orçamentária;

II - ao pagamento das despesas com pessoal em encargos sociais do Poder Executivo;

III - ao pagamento do serviço da dívida pública;

IV - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com

o artigo 205 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei Estadual nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

V - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VI - aos empréstimos e às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VII - aos programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos no artigo 142 da Constituição do Estado e no artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

VIII - ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as Leis Estaduais nºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

IX - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 1998.

Art. 21 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por uma Secretaria implicará na redução do limite de outra, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo.....	até 5%
Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador.....	até 1%
Secretaria de Estado do Governo.....	até 1%
Procuradoria Geral do Estado.....	até 1%
Ouvidoria Geral do Estado.....	até 1%
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.....	até 4%
Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEPL.....	até 10%
Secretaria de Estado da Administração.....	até 12%
Secretaria de Estado da Fazenda.....	até 9%
Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA.....	até 11%
Secretaria de Estado de Obras Públicas.....	até 1%
Secretaria de Estado da Comunicação Social.....	até 1%

Secretaria de Estado da Segurança Pública.....	até 16%
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.....	até 3%
Secretaria de Estado da Saúde.....	até 20%
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.....	até 6%
Secretaria de Estado da Cultura.....	até 5%
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.....	até 6%
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho.....	até 3%
Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.....	até 6%
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico.....	até 6%
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....	até 15%
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.....	até 4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	até 12%
Secretaria de Estado dos Transportes.....	até 25%
Secretaria Especial da Política Habitacional.....	até 10%

§ 1º - Os recursos de que trata o caput deste artigo serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários especiais, no caso da extinção da função, serão remanejados por ato do Poder Executivo mediante autorização do Poder Legislativo, aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 22 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferência, inclusive os oriundos de convênios.

### SEÇÃO III

#### Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 23 - O Orçamento Fiscal e os Próprios da Administração Indireta, para o exercício de 1999, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor aproximado de R\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais), a preços de 1º de julho de 1998, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 24 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 25 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e de convênios e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 26 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 27 - o Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.

### SEÇÃO IV

#### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 28 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as

receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na conta investimento.

Art. 29 - Os montantes das despesas dos Orçamentos de Investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

Art. 30 - No Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer aquelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuírem uma programação de investimento.

Parágrafo Único - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados no Projeto/Atividade de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

### CAPÍTULO IV

#### Das Disposições sobre as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 31 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais serão fixados em até 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Art. 32 - A exposição justificativa que acompanha o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por Poder e Total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 1998 e a estimativa para 1999, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente, conforme o disposto na Lei Complementar nº 82 de 23/03/95.

### CAPÍTULO V

#### Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 33 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1998, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;



II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Outras Disposições

Art. 34 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão identificadas as instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 35 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 36 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no § 2º do artigo 11 desta Lei.

Art. 37 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO

##### PRINCIPAIS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

###### NO PROGRAMA: IDÉIAS-FORÇA EM CADA REGIÃO

- Dar continuidade às ações que visem o desenvolvimento das regiões ao longo do Anel de Integração que une Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava;

- Dar continuidade ao Projeto Costa Oeste nas regiões lindeiras ao Lago de Itaipu;

- Implementar ações para o desenvolvimento do litoral paranaense;

- Implantar o Projeto Costa do Sol nos municípios lindeiros das represas localizadas no Rio Paranapanema.

###### NO PROGRAMA: PARANÁ 12 MESES

- Dar continuidade ao programa de melhoria da qualidade de vida da

população do meio rural, revertendo a situação de pobreza pela capacitação e profissionalização, organização e fortalecimento institucional e mecanismos de apoio ao trabalhador rural;

- Dar continuidade às ações de adequação de estradas rurais;

- Dar continuidade à implantação de vilas rurais;

- Estimular a pesquisa e extensão rural para fortalecimento da agricultura no Paraná;

- Dar continuidade ao projeto de distribuição de sementes, preparação e conservação de solos.

###### NO PROGRAMA: PARANÁ + SANEAMENTO

- Dar continuidade às ações de abastecimento de água, infra-estrutura de esgotos sanitários para a Região Metropolitana de Curitiba e Região Litorânea, através do Programa de Saneamento Ambiental - PARANASAN/OECF;

- Aumentar o nível de atendimento com tratamento de esgoto sanitário;

- Atender gradativamente as demandas de sistemas de abastecimento de água.

###### NO PROGRAMA: PARANÁ AMBIENTAL

- Dar continuidade às ações de conservação, preservação e recuperação dos remanescentes da Floresta Atlântica;

- Desenvolver ações de educação ambiental para conscientização, mobilização e envolvimento da população paranaense na solução de problemas ambientais;

- Dar continuidade ao projeto de implantação de florestas municipais;

- Ampliar as ações para a despoluição dos rios, visando a potabilidade da água para consumo da população, bem como para o desenvolvimento de projetos de piscicultura, entre outros;

- Dar continuidade às ações de preservação do equilíbrio ecológico do litoral, através do Projeto Baía Limpa.

###### NO PROGRAMA: PARANÁ + TRANSPORTE

- Dar continuidade ao projeto de conservação e manutenção de rodovias;

- Garantir permanentes condições de transporte das produções agropecuárias das fontes produtoras aos centros de comercialização e armazenagem e do transporte da população rural às escolas e serviços médicos, através do

Projeto Caminhos da Educação e da Produção;

- Concentrar esforços para a melhoria da infra-estrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos;
- Dar continuidade às ações de pavimentação de rodovias;
- Garantir a manutenção e o melhoramento da rede viária alimentadora básica.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + TECNOLOGIA

- Dar continuidade às ações para o desenvolvimento de tecnologia na área da saúde humana e animal, dando maior segurança ao combate preventivo de doenças;
- Intensificar esforços no desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, criando capacitação industrial e tecnológica essencialmente nacional.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ URBANO

- Promover ações de desenvolvimento urbano, de forma orientada, visando a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios paranaenses.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + EMPREGO

- Expandir as ações de desenvolvimento das cidades, com vistas ao fortalecimento do poder local, tais como a implantação de Barracões Industriais e Centros Regionais de Negócios;
- Executar ações de qualificação profissional e de transmissão de processos de produção como instrumento de emprego e de aumento da renda da população, inclusive no meio rural;
- Implementar ações que possibilitem o surgimento, consolidação e ampliação de novas empresas nos municípios paranaenses;
- Efetivar ações voltadas para o desenvolvimento industrial e comercial das diferentes regiões do Estado, em conjunto com as Prefeituras Municipais.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + SAÚDE

- Dar continuidade a descentralização do sistema de saúde de modo a criar um atendimento personalizado do paciente em todo o Estado;
- Incrementar as ações de suporte nas áreas terapêuticas e de apoio diagnóstico;
- Ampliar a assistência ambulatorial básica e especializada, assis-

tência médica e assistência farmacêutica;

- Desenvolver projetos de ação comunitária de prevenção de doenças transmissíveis;
- Expandir os serviços de atendimento pelo SIATE e pela Central Estadual de Transplantes;
- Dar continuidade aos serviços das Centrais de Marcação de Consultas, de leitos, de ambulâncias e de redes de apoio laboratorial.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + ESPORTE

- Dar continuidade às ações que visem garantir o acesso ao esporte e ao lazer nos municípios paranaenses;
- Dar apoio para que a educação física escolar contribua com o esporte, inclusive com a descoberta de novos talentos.

#### NO PROGRAMA: CRIANÇA + FAMÍLIA

- Garantir as condições mínimas de bem estar e dignidade à criança e aos adolescentes em situação de risco social e pessoal, visando o seu retorno à família e o acesso à escola, através do Projeto da Rua para a Escola;
- Dar continuidade às ações de atenção do idoso com o intuito de manter sua independência bio-psico-social, através do seu envolvimento em atividades recreativas, produtivas, sociais e culturais;
- Garantir as ações de prevenção de situações de risco e abandono do idoso, apoiando e priorizando o seu convívio familiar e social e viabilizando o seu acesso aos serviços básicos.

#### NO PROGRAMA: EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO

- Dar às escolas estaduais e municipais condições para o fortalecimento da oferta do ciclo básico de alfabetização;
- Dar continuidade às ações que visem contribuir com a melhoria da qualidade do ensino básico fundamental e da educação pré-escolar;
- Desenvolver cursos de atualização contínua e de qualificação teórica e prática ao profissional da educação;
- Garantir o desenvolvimento de ações que resultem na melhoria da qualidade e na expansão da oferta do ensino de 2º grau regular e técnico-profissionalizante;

- Expandir e melhorar o atendimento aos educandos portadores de deficiência e dar-lhes a oportunidade de participação em eventos que visem o desenvolvimento de suas potencialidades;

- Garantir o desenvolvimento de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino superior e o estudo para a integração dos cursos universitários às vocações regionais. Buscar a participação da comunidade para a viabilização técnica, científica, econômica e financeira do ensino de 3º grau.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + CULTURA

- Dar continuidade ao processo de fortalecimento da memória paranaense, com a preservação e recuperação de locais históricos, com apoio às manifestações folclóricas locais e com o incentivo à pesquisa como meio de valorização e resgate da história do povo paranaense;

- Dar continuidade às ações que visem o desenvolvimento de manifestações culturais com vistas a responder às demandas da sociedade paranaense.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + HABITAÇÃO

- Amenizar o grau de carência habitacional para famílias de baixa renda, através de ações como dos projetos de autoconstrução, urbanização de favelas, lotes urbanizados, casas do ofício, casas do índio e habitação rural.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + SEGURANÇA

- Dar continuidade às ações de policiamento ostensivo para o combate à violência urbana, rural e de fiscalização de fronteiras, bem como buscar a sua ampliação e melhoramento com vistas a garantir a tranquilidade da população paranaense;

- Buscar a expansão do Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergências para garantir o suporte avançado de vida a vítimas de traumas nos locais de ocorrência;

- Dar continuidade ao programa de treinamento dos profissionais ligados a segurança, visando garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

#### DO PROGRAMA: PARANÁ + JUSTIÇA

- Garantir o desenvolvimento de ações voltadas a promoção e proteção da cidadania;

- Dar continuidade ao projeto de utilização da mão-de-obra dos presos visando a criação de novas oportunidades aos detentos, proporcionando-lhes trabalho e renda, profissionalização, reintegração a sociedade e redução da pena;

- Promover a descentralização e desburocratização das ações, programas e atividades de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ FISCAL

- Garantir a continuidade e implantação de projetos que visem a intensificação da arrecadação e fiscalização via medidas reestruturantes da gestão tributária e financeira do Estado.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + INFORMAÇÃO

- Ampliar as ações de informatização no Estado, visando a melhoria nos controles gerenciais, a agilização de processos e decisões e a redução de custos;

- Realizar pesquisas, estudos, coleta e tratamento de dados para o conhecimento e a disseminação de informações sobre a realidade sócio-econômica do Estado e de seus municípios, visando garantir a formulação de políticas adequadas ao seu desenvolvimento.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + ENERGIA

- Atender as necessidades de expansão do mercado de energia elétrica do Estado;

- Desenvolver estudos e projetos voltados às novas fontes alternativas de energia.

#### NO PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Desenvolver ações, no âmbito das várias secretarias que visem a garantia de execução e da qualidade dos serviços prestados à sociedade;

- Expandir as ações de organização municipal, de assistência técnica aos municípios, de capacitação de recursos humanos, bem como de fortalecimento da descentralização técnica-administrativa das unidades sociais do Estado;

- Ampliar os canais de comunicação direta entre a administração pública e a população, como forma de avaliar os serviços prestados pelo Estado;

- Garantir o cumprimento de compromissos assumidos pelo Governo Estadual.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ MINERAL

- Implementar ações que visem à valorização da produção mineral, à identificação de necessidades e oportunidades regionais de investimentos e à intensificação do suporte geotécnico aos planos de uso e ocupação de solos nos municípios.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + TURISMO

- Promover o produto turístico paranaense a nível estadual, nacional e internacional;

- Incentivar o desenvolvimento do turismo ecológico, histórico e rústico nas diversas regiões do Estado.

#### À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 018/98

Curitiba, 22 de abril de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar escritura pública de doação, para fazer reverter à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional - FEPE, imóvel constituído de área de 3.428,00 m2 (três mil, quatrocentos e vinte e oito metros quadrados), com benfeitorias e demais características que especifica, situado à Rua Lothário Meissner, nº 836, no Bairro Jardim Botânico, nesta Capital, havido pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme transcrição nº 16.202, do Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Vale esclarecer que tendo a FUNDEPAR recebido o imóvel por doação condicionada à construção de estabelecimento especializado em educação de crianças excepcionais portadoras de deficiência mental e considerando que o encargo foi devidamente cumprido, a questão foi submetida à deliberação do seu Conselho de Administração, o qual, em reunião realizada no dia 1º de setembro de 1997, decidiu, por unanimidade, aprovar a reversão do bem à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional - FEPE, mediante doação. Também a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Pa-

trimônio do Estado, manifestou-se favoravelmente.

A medida legal ora proposta, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que tem por finalidade precípua permitir que a mencionada Entidade Filantrópica continue desenvolvendo suas relevantes atividades na manutenção de um estabelecimento especializado em educação de crianças excepcionais portadoras de deficiência mental, porém, em sede própria, facilitando, dessa forma, a cooperação de organismos nacionais e internacionais nos projetos que desenvolve.

Por outro lado, é importante ressaltar a existência, no texto da medida proposta, de dispositivo segundo o qual, o questionário imóvel, além de ficar adstrito às finalidades de utilização estabelecidas, estará gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, o que significa dizer que a reversão não implicará em desatendimento à população, mas sim na melhoria dos serviços comunitários e assistenciais que vêm sendo prestados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar escritura pública de doação, para fazer reverter à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional - FEPE, o imóvel contendo área de 3.428,00 m2, com benfeitorias, situado no Bairro Jardim Botânico, de frente para a Rua Lothário Meissner, 836, nesta Capital, integrante do patrimônio da FUNDEPAR, conforme o que consta da transcrição nº 16.202, do Livro 3H, do Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei, será revertida à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional - FEPE, para que a mesma mantenha instalados e em funcionamento no local a sua sede, a Escola de Ensino Especial Ecumênico, o Centro de Pesquisas e estabelecimento especiali-

zado em educação de crianças excepcionais portadoras de deficiência mental, ficando gravada com as condições constantes da já mencionada transcrição nº 16.202 do Livro 3H.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### **À Diretoria Legislativa.**

#### **Ofícios:**

#### **OFÍCIOS**

Sob o nº 113/98, da Sra. Nadina Aparecida Moreno - Reitora em exercício da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Balanço Geral da Universidade, referente ao exercício de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 208/98, do Sr. Luiz Antonio de Souza - Reitor da Fundação Universidade Estadual de Maringá, encaminhando Prestação de Contas da Fundação, referente ao exercício de 1996. **Ao conhecimento da Casa.**

#### **Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 137/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica criado como órgão consultivo do Poder Executivo o Conselho Estadual de Publicidade com composição, funcionamento e atribuições definidos nos termos desta lei.

Art. 2º - O Conselho será integrado pelos Secretários de Estado da Comunicação Social e do Planejamento e Coordenação Geral, por um profissional da área de comunicação não exercente de cargo, emprego ou função pública estadual e por dois representantes do Poder Legislativo.

§ 1º - O Conselho será presidido pelo Secretário de Estado da Comunicação Social.

§ 2º - O representante dos profissionais de comunicação será indicado ao Chefe do Poder Executivo pelo Secretário de Estado da Comunicação Social.

§ 3º - Os representantes da Assembléia Legislativa serão indicados pela Mesa Executiva ao Chefe do Poder

Executivo, após ouvidas as lideranças das bancadas com assento na Casa.

Art. 3º - Os integrantes do Conselho que não exercem funções no Poder Executivo terão mandato de 2 (dois) anos, renovável por mais um período.

Art. 4º - São atribuições do Conselho:

1. opinar sobre a necessidade de ampliação do tempo de veiculação de publicidade oficial, conforme o disposto no artigo 10;

2. opinar sobre a necessidade de contratação de pesquisa de opinião pública pelo Executivo, seu conteúdo e os dados apurados que deverão ser tornados públicos;

3. opinar sobre o caráter informativo, educacional e de orientação social das peças publicitárias a serem veiculadas pelos órgãos da administração;

4. definir critérios técnicos que nortearão a escolha dos veículos que divulgarão a publicidade dos órgãos públicos, tomando-se como parâmetros a audiência e o alcance regional, para veículos de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e a tiragem e alcance geográfico, para veículos impressos.

Art. 5º - O Poder Executivo submeterá previamente à apreciação do Conselho toda campanha ou material publicitário que pretenda divulgar.

Art. 6º - O Conselho será previamente consultado sobre a necessidade de contratação de pesquisa de opinião pública, nos termos do item 2, do artigo 4º.

Art. 7º - A contratação de instituto especializado para a realização de pesquisa de opinião pública será precedida de licitação do tipo melhor técnica e preço.

Art. 8º - A contratação de empresa para criar e produzir peças publicitárias será precedida de licitação.

Parágrafo Único - É vedado o pagamento de quaisquer valores à empresa contratada, ficando sua remuneração adstrita ao resultante proveniente da veiculação, nos termos da lei que rege a espécie.

Art. 9º - A publicidade que tenha como objeto divulgar obra física realizada, não poderá ser veiculada por tempo superior a 3 (três) dias consecutivos, ou 5 (cinco) dias alternados, limitando-se sempre, em cada dia, a 3 (três) inserções em meio de radiodifusão sonora e de sons e imagens, por emissora, e em meio impresso a uma única inserção por veículo, não superior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) de página.

Parágrafo Único - Considera-se obra física, para efeito desta lei, toda construção, reforma, demolição, manutenção, conservação, adaptação, recuperação ou ampliação realizada por execução direta ou indireta.

Art. 10 - A publicidade de programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos poderá exceder aos tempos de veiculação definidos no artigo 9º, excepcionalmente, desde que reconhecido pelo Conselho Estadual de Publicidade ser caráter informativo e educativo, e presentes motivos de relevância pública.

Art. 11 - Toda peça publicitária deverá conter, de modo expresso, seu custo total, incluindo criação, produção e veiculação.

Parágrafo Único - A publicidade integrante de uma campanha deverá conter o custo total desta, e não só o da peça isolada.

Art. 12 - As reuniões do Conselho Estadual de Publicidade deverão ser convocadas por seu presidente, ou pela maioria dos seus integrantes, através de aviso publicado no Diário Oficial com antecedência mínima de 3 (três) dias.

Art. 13 - O contido na presente lei deverá ser obedecido pela administração direta e indireta, inclusive as sociedades de economia mista cujas áreas de atuação não estejam sujeitas ao regime concorrencial.

Art. 14 - O Conselho Estadual de Publicidade será nomeado, por decreto, após 30 (trinta) dias de publicação desta lei.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A questão da publicidade das ações governamentais, no Brasil, constitui-se matéria de natureza constitucional por afetar princípios sensíveis da vida nacional, quais sejam a isonomia e a publicidade.

Regulamentar, portanto, o modo pelo qual os governos utilizam-se dos meios de comunicação significa dar concretude aos princípios, além de estabelecer critérios que permitam que a propaganda se faça nos limites da dicção constitucional.

Com esse entendimento, o presente projeto tem como finalidade dar um norte, a partir de parâmetros técnicos, à publicidade oficial definindo-se regras para a sua veiculação.

A matéria, por seu conteúdo democratizante, atende tanto a necessidade de se divulgar a ação governamental quando tenha caráter informativo, educacional e de interesse social, assim como dispõe sobre limites que possam cercear eventuais abusos, tudo a partir da análise de um colegiado amplo e que atribui transparência a essa atividade governamental.

O Legislativo Estadual, aprovando o projeto, estará dotando o Paraná de um regramento democrático e certamente condizente com a vontade da nossa sociedade.

#### PROJETO DE LEI Nº 138/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Creche Jorge Dib Abussafe - Mantenedora Semente da Paz - Associação Amigos da Criança", com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A Creche Dr. Jorge Dib Abussafe existe em função da necessidade de atendimento e assistência de várias crianças carentes na região de Londrina.

De acordo com o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pela Creche estão sendo baseadas no construtivismo e orienta-

ções da Pastoral da Criança. Há que se ressaltar que a Creche necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais para conseguir manter o atendimento no nível que vem tendo até hoje, e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da Lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 139/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Centro Educacional João Paulo II, no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Educacional que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos, proporcionar às crianças carentes de 0 aos 6 anos, desenvolvimento físico, intelectual, social e espiritual, procurando satisfazer suas necessidades básicas, visando uma melhor orientação e desenvolvimento da criança.

Cabe a entidade principalmente promover a integração da família, proporcionando às mães carentes oportunidade de trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão amparados.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel do Centro Educacional João Paulo II perante a sociedade, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 140/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Vila Bela, no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da Comunidade de Vila Bela, seus problemas, recursos e aspirações. Cabe à Entidade representar os moradores da Comunidade e suas reivindicações junto aos poderes competentes, bem como promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, esportivo, lazer e o bem estar da Comunidade, dando-lhes conhecimentos dos problemas da Vila Bela, pleiteando as respectivas soluções.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais nºs 8589 e 6994 que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 141/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovada, da Fazendinha, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovada da Fazendinha, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada por um grupo de pessoas pertencentes àquela denominação, no dia 20/05/97, e registrada sob nº 7536 - Livro A-4, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, em 09/07/97, tendo por objetivos, colaborar principalmente na área de assistência social, e na integração da família-comunidade, mediante ação integrada com os demais segmentos da sociedade. A Associação está devidamente inscrita no CGC/ME sob nº 02.023.085/0001-59, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Associação em epígrafe, além de desenvolver seus objetivos, também

coopera com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, especialmente, aqueles voltados às áreas da assistência social, da educação, da cultura, do esporte e do lazer, conforme Ata e Constituição, e Estatutos Sociais, em anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em apreço, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razões que me levam a propor, que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 142/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Municipais de Campo do Tenente - ASMUCAT, com sede e foro no Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Municipais de Campo do Tenente - ASMUCAT, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada por um grupo de funcionários públicos municipais, para defender os interesses daquela classe trabalhadora, no dia 29/11/97, e registrada sob nº 714 - fls. 37, do Livro de Pessoas Jurídicas, do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, no Município de Rio Negro, Estado do Paraná, e devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 02.377.900/0001-88, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Associação em apreço, além de defender os interesses dos associados que fazem parte daquela classe operária, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte e do lazer, além de desenvolver outros programas com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, conforme Ata e Constituição, e Estatutos Sociais, em anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e sete, às quinze horas e trinta minutos, reuniram-se no Clube Progresso Internacional, no Município de Campo do Tenente, os servidores da Prefeitura Municipal de Campo do Tenente, com o objetivo de discutir e fundar a Associação dos Servidores deste município, conforme ficou estabelecido em reunião anterior, datada do dia 04/12/97, a qual foi escolhida a Diretoria Provisória. O servidor Divonzir Rodrigues abriu a reunião, salientando a importância de uma associação que defenda os direitos dos servidores, e que a Diretoria Provisória estudou os critérios de funcionamento, bem como providenciou a elaboração do Estatuto da entidade. Após apresentação do Assessor do Vereador Jorge Bernardi, de Curitiba, Adalberto Grein, este esclareceu os tópicos do estatuto apresentado, e deixou o Gabinete do Vereador Jorge Bernardi aberto a qualquer tipo de assessoria. O Dr. Carlos, Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Campo do Tenente, ajudou na explicação de alguns dispositivos estatutários, além de sugerir que os sócios em cargo de comissão fiquem restritos em ocupar cargos na diretoria, justamente por ser nomeado e exonerado a qualquer tempo, o que poderia implicar em prejuízos na boa administração da entidade, caso ocorra ausência devido a exoneração. Propôs, também, que o estatuto pudesse ser reformado a qualquer tempo, e não no decorrer de três anos após o registro em cartório. As duas sugestões do Assessor Jurídico foram aceitas, desta forma houve a imediata alteração no projeto do estatuto. O Sr. Divonzir seguiu na reunião, abrindo a todos a oportunidade de montar chapa para concorrer a diretoria, sendo que não houve inscrições, apenas a chapa composta pelos mesmos membros da Diretoria Provisória, fez inscrição à votação, a qual foi posta em apreciação pela plenária. Por unanimidade os presentes aprovaram a chapa, ficando, a primeira diretoria, assim composta: Presidente: Divonzir Rodrigues; Vice-Presidente: João Batista da Silva; 1º



Secretária: Marilene Aparecida Hornick; 2º Secretário: Licimar Meinelecki; 1ª Tesoureira: Neuzete de Fátima Ribas; 2ª Tesoureira: Jane Maria Agostini. Sendo que o Conselho Fiscal ficou da seguinte forma relacionado e aprovado: EFETIVO: Acir Gonçalves; Leoni Przbycien; Meri Terezinha Machado de Souza; SUPLENTE: Marcos Antonio Guege, João Maria Alves Ferreira e Antonio Correa. Em ato contínuo o servidor Divonzir Rodrigues colocou em votação a aprovação ou rejeição do estatuto apresentado, sendo que o mesmo foi aprovado por unanimidade dos presentes. Discutiu-se o valor da mensalidade, sendo que foram apresentadas 3 propostas de valores, a primeira de R\$ 10,00 (dez reais), a segunda de R\$ 5,00 (cinco reais) e a terceira a proposta de R\$ 3,00 (três reais), sendo esta última aceita pelos presentes, ficando pendente apenas a forma de cobrança. Havendo a possibilidade, após decisão com o departamento financeiro e de pessoal da Prefeitura, do desconto ser feito automaticamente na folha de pagamento do sócio. Sendo o que tinha para ser debatido, o Presidente eleito, Divonzir Rodrigues encerrou a presente reunião, comprometendo-se em providenciar os registros necessários da ata, bem como do estatuto da entidade. Esta ata foi lavrado por mim, Adalberto Grein.

(a) DIVONZIR RODRIGUES  
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 143/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços fica obrigada a indicar o número de telefone da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR: 1512, para estabelecimentos localizados em Curitiba, e no interior do Estado, em caracteres gráficos escritos com tinta indelével, em local visível e de fácil leitura.

Parágrafo Único - Ficam também obrigados os prestadores de serviços de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os infratores às penalidades previstas no Decreto 2181, de 21 de março de 1997.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A obrigatoriedade de afixação do telefone 1512 tem como finalidade precípua proteger, orientar e informar os consumidores do Estado do Paraná, coibindo desta forma, práticas abusivas por parte dos fornecedores de produtos e serviços.

Criando a obrigatoriedade acima mencionada, estaremos prestando, sem sombra de dúvida, um grande serviço à população paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 144/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A transferência de alunos a que se referem os artigos 49 e 50 da Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, observará o disposto nesta lei.

Art. 2º - As Instituições de Ensino Superior do Estado aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, mediante processo seletivo, a partir do segundo ano do curso de graduação.

Art. 3º - A transferência ex-officio será efetivada em qualquer época do ano, independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público estadual civil ou militar, estudante ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a Instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

Art. 4º - A transferência obedecerá a seguinte ordem de prioridade:

- I - transferência de Instituições públicas do País;
- II - transferência de Instituições particulares do País;
- III - transferência de Instituições de outros Países.

Art. 5º - Anualmente, após encerrado o ano letivo, as Instituições de Ensino Superior deverão calcular o número de vagas existentes por curso, turno e série, fazendo a devida publicação e chamamento dos interessados à transferência.

§ 1º - O cálculo a que se refere o "caput" deste artigo visa ajustar o número de vagas oferecido pelo curso às efetivamente existentes na série, incluídas as resultantes de desistência, trancamento de matrícula e reprovação.

§ 2º - É facultado a qualquer interessado, no prazo de transferência, solicitar a revisão do cálculo das vagas, devendo as Instituições de Ensino Superior, verificando a procedência do pedido, realizar a devida correção.

Art. 6º - O processo de transferência será reaberto, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, quando o número de alunos efetivamente matriculados na série for inferior ao número de vagas oferecido pelo curso.

Parágrafo Único - Reaberto o prazo, proceder-se-á na forma do "caput" do artigo anterior.

Art. 7º - Os calendários de matrícula e trancamento de matrícula, transferência interna e externa, serão elaborados de modo a garantir o preenchimento das vagas apuradas na forma desta lei.

Art. 8º - As Instituições de Ensino Superior terão prazo de 90 dias para adaptar seus regulamentos às exigências desta lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta proposição é regulamentar a transferência de alunos entre as Instituições de Ensino Superior do Estado, nos termos das disposições contidas nos artigos 49 e 50 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O regulamento cuida de democratizar a transferência, tanto ao providenciar que sejam fornecidas as vagas efetivamente existentes, como ao permitir que os interessados fiscalizem o processo de abertura de vagas, podendo requerer novo cálculo de vagas e reabertura do prazo para transferência, quando for constatado que o número de alunos matriculados não corresponde às vagas efetivamente existentes nas séries.

A determinação de que o cálculo das vagas seja feito após o encerramento do ano letivo, fundamenta-se na compreensão de que antes disso a Instituição ainda não conhece o número de alunos aprovados ou reprovados, consequentemente não tem condições de calcular as vagas efetivamente existentes.

Além dos alunos reprovados, a proposta manda incluir no cálculo das vagas também os alunos que tenham desistido ou trancado matrícula. Considera que ao número de vagas oferecidas pelo curso deve corresponder o número de matrículas efetivas nas séries.

A experiência tem revelado casos em que alguns colegiados, por conveniência ou comodismo, deixam de divulgar os editais de transferência ou não calculam adequadamente o número de vagas. Casos existentes também de alunos que realizam a matrícula e em seguida requerem seu trancamento. O artigo 6º procura evitar que tais procedimentos causem prejuízo aos interessados, determinando a reabertura do processo de transferência quando for constatado "número de alunos efetivamente matriculados na série inferior ao número de vagas oferecidas pelo curso".

Finalmente, a proposição evoca a colaboração das Instituições de Ensino Superior ao preceituar que "os calendários de matrícula, transferência interna e externa, e trancamento de matrícula, sejam elaborados de modo a garantir o preenchimento das vagas efetivas".

Visa, com isso, evitar que interpretações conflitantes levem a pro-

cedimentos que prejudiquem o preenchimento de vagas, assegurando que ao número de vagas oferecidas pelos cursos corresponda o número de alunos efetivos nas séries.

O projeto é legal e constitucional.

Em função do exposto, contamos com sua aprovação pelos eminentes Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 145/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial, serão realizados gratuitamente pelos Postos de Saúde no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os Postos de Saúde que não dispuserem de condições para a realização dos exames, deverão encaminhar o material coletado a laboratórios conveniados com a rede pública, sem qualquer ônus para o interessado.

Art. 2º - Constatada a existência da patologia, a medicação será fornecida gratuitamente pelo poder público.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(aa) CAÍTO QUINTANA

ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O diabetes é um problema que vêm causando severas complicações na área da saúde do cidadão, agravando-se pelo desconhecimento do seu portador, que muitas vezes deixa de realizar os exames por falta de condições financeiras.

Na verdade, trata-se de um exame simples para detectar um distúrbio caracterizado pela baixa assimilação da glicose no sangue e que, para ser assumido pelo Estado, através dos Postos de Saúde, não acarretará custos elevados.

Por outro lado, a realização dos exames de diabetes será de grande valia para a população, no sentido de evitar complicações com outros problemas de saúde, inclusive diminuindo a mortalidade.

Da mesma forma, e até mais grave, é a hipertensão que não poderia

constar sequer entre causas de morte no país, por ser de fácil controle. Ressalve-se que a consequência natural de ambas as patologias, são o enfarte e o acidente vascular cerebral.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 674

Senhor Presidente.

Os Deputados integrantes da Bancada do Partido da Frente Liberal, autores do presente, adiante subscritos, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família do Sr. Luís Eduardo Magalhães, as manifestações de profundo pesar desta Assembléia Legislativa, pelo seu falecimento ocorrido no último dia 21 de abril, em Brasília / DF.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

CLEITON KIELSE

NELSON TURECK

LUIZ CARLOS MARTINS

BÁSILIO ZANUSSO

DURVAL AMARAL

LUIZ CARLOS ZUK

EDNO GUIMARÃES

WALMOR TRENTINI

HIDEKAZU TAKAYAMA

ÉLIO RUSCH

RENY BORSATTO

EDUARDO TREVISAN

NELSON GARCIA

MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar última homenagem a uma pessoa de grande valor e muitas qualidades, a um homem que sempre colocou os interesses do povo brasileiro acima de preocupações pessoais. A morte de Luis Eduardo Magalhães, Deputado Federal em seu terceiro mandato, deixa uma grande lacuna no meio político brasileiro.

Luis Eduardo Maron de Magalhães, Bacharel em Direito, iniciou carreira política aos 18 anos, como oficial de gabinete do primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães (1971/1975). Em 1979, filiou-se a ARENA, iniciando o seu primeiro mandato eletivo no mesmo ano, como Deputado Estadual. Reelegeu-se em 83 no Legislativo Estadual da Bahia. Antes de terminar o mandato em 85, filiou-se ao Partido da Frente Liberal, com a missão de participar mais ativamente das decisões políticas e deixar o estigma de fisiológico.

Assim comprovou-se em sua atuação, quando em fevereiro de 92, assumiu a Liderança do PFL, já na Câmara dos Deputados em Brasília. Líder do partido no Governo Collor, afirmava ser um "liberal mais radical" em termos econômicos, sendo contrário a qualquer participação do Estado na economia. Já no Governo Fernando Henrique Cardoso, Luis Eduardo foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados, obtendo 384 votos, contra 85, que lhe comprovaram seu grande espírito de liderança junto ao Congresso Nacional. Para completar a sua notável caminhada política, ocupou por duas vezes interinamente a Presidência da República.

Considerado como grande promessa política, Luis Eduardo tinha um perfil de grande afabilidade, civilidade e educação que davam o tom moderno e ágil na sua carreira política, interrompida pela sua morte prematura, mas que com certeza, deixará o seu nome gravado no cenário político brasileiro e das pessoas que tiveram o privilégio de conviver com esta pessoa extraordinária.

#### REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor, à Sra. Jayr Cardoso de Souza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência à homenageada, à Rua São Vicente, 168, Centro - CEP 86026-030, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

A Sra. Jayr Cardoso de Souza, para a qual proponho voto de louvor, nascida em 13/12/34, no Município de Cambará, Estado do Paraná, casada com o Sr. Ivo Luiz de Souza, atual Pastor-Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no Município de Londrina, com quem teve 2 filhos: Luiz Carlos de Souza e Emy Raquel de Souza Moreira.

A Sra. Jayr Cardoso de Souza, durante vários anos, nas cidades em que seu esposo pastoreou, sempre desenvolveu trabalhos assistenciais, voltados principalmente ao atendimento da

mulher, proporcionando todo acompanhamento necessário durante a gestação, até o nascimento, bem como acompanhamento pós-parto, e conscientização da importância da amamentação. Também desenvolveu trabalhos voltados aos menores abandonados, e às pessoas da terceira idade, dando-lhes todo acompanhamento necessário, no intuito de proporcionar-lhes conforto.

Além das atividades acima citadas, a Sra. Jayr foi presidente da "Associação Nova Vida", no Município de Londrina, entidade que presta significativo serviço assistencial naquela localidade, e foi também professora do ensino primário de 1961 a 1983.

Diante dos fatos acima explicitados, e considerando que o trabalho desenvolvido pela Sra. Jayr Cardoso de Souza tem sido de grande relevância para toda a comunidade, e reconhecendo ainda que a homenageada é portadora de alto espírito de solidariedade humana, é que proponho o presente voto de louvor.

#### REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor ao Sr. Wanderley José da Silva, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, à Rua Manoel Bandeira, 388, Bairro Nossa Senhora de Fátima - CEP 83540-000 - Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Wanderley José da Silva, para o qual proponho voto de louvor, nascido em 30/01/53, é natural de Cerro Azul, Estado do Paraná, casado com a Sra. Maria Jeremias dos Santos Silva, com quem teve 5 filhos: Beatriz do Rocio Silva, Luciane do Rocio Silva, Marcos Antonio da Silva, Raquel do Rocio Silva e Marilei do Rocio Silva. Foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 06/12/96.

O Pastor Wanderley José da Silva, é uma pessoa atuante no meio evangélico, onde ao lado do Pastor Carlos

Marchioro, Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no Município de Rio Branco do Sul, desenvolveu diversos trabalhos voltados aos jovens, bem como de toda a comunidade em geral.

O Pastor Wanderley, é também dirigente responsável pela igreja Evangélica Assembléia de Deus no Município de Itaperuçu, Estado do Paraná.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Wanderley José da Silva, reconhecendo que o mesmo é portador de alto espírito de solidariedade humana, e por tanto, merecedor do presente voto de louvor, que ora proponho.

#### REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor ao Sr. José Rodrigues de Souza, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, à rua Eugênio da Silva Lopes, 551, Conjunto Tiradentes - Alto Boqueirão - CEP 81305-160, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Rodrigues de Souza, para o qual proponho voto de louvor, é natural de Ipuçaba, Estado da Bahia, nascido em 15/06/31, residente e domiciliado neste Estado há 40 anos, casado com a Sra. Estella Ribeiro de Souza, com quem teve 3 filhos: Elienai Ribeiro de Souza, Onéas Ribeiro de Souza e Eliude Ribeiro de Souza, ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 14/02/85.

O Pastor José Rodrigues de Souza, que há vários anos é uma pessoa atuante, no meio evangélico, dirigiu diversas igrejas, em diversos bairros desta Capital, tais como: Boqueirão, Jardim Paranaense, Castelo Branco, Osternack, Umbará, Santa Celeste, Coqueiros II, Cachoeira II, Vila Americana e Santa Inês.

Além das atividades eclesiais, Pastor José Rodrigues de Souza, também dedicou sua vida organizando e

presidindo diversas instituições de caráter assistencial, educacional e cultural, fundou também no Jardim Paranaense, a "Caserna Evangélica" - Casa de Recuperação de Toxicômanos e Homossexuais, entidade que recupera pessoas dependentes de vícios, e homossexuais, reintegrando-os à sociedade.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor José Rodrigues de Souza, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, e por tanto, merecedor do presente voto de louvor, que ora proponho.

#### REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor ao Sr. Antonio Gonçalves de Assis, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, à rua Affife Mansur, 91 - Novo Mundo - CEP 81050-180, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Antonio Gonçalves de Assis, para o qual proponho voto de louvor, nascido em 25/07/56, é natural de Ipatinga, Estado de Minas Gerais, residente e domiciliado neste Estado há 35 anos, casado com a Sra. Odinéia Lacerda de Assis, com quem teve 4 filhos: Sandra Lacerda de Assis, Alessandro Lacerda de Assis, Alesso Lacerda de Assis e Leandro Lacerda de Assis. Foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 15/02/90.

O Pastor Antonio Gonçalves de Assis, que há vários anos é uma pessoa atuante no meio evangélico, dirigiu diversas igrejas, em várias cidades de nosso Estado, bem como diversos bairros desta Capital, tais como: São José das Palmeiras, Fernandes Pinheiro, Irati, Jussara, Quatro Barras, Agudos do Sul, Adrianópolis, Parque São Jorge, Almirante Tamandaré e Capão Raso, onde é o dirigente responsável atualmente. O Pastor Antonio de Assis é também relator da Secretaria de Desen-

volvimento da Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Curitiba.

Além das atividades eclesiais, o Pastor Antonio Gonçalves de Assis, em todas as cidades e bairros onde passou, sempre desenvolveu trabalhos assistenciais àqueles menos favorecidos, tais como: distribuição de cestas básicas, assistência médico-hospitalar, entre outras.

Face ao exposto, e considerando que o trabalho desenvolvido pelo Pastor Antonio Gonçalves de Assis, tem sido de grande relevância para toda a comunidade, e reconhecendo que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, é que proponho o presente voto de louvor.

#### REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Jornal Folha de Irati, pelas comemorações alusivas ao 25º aniversário, no dia 21 do mês em curso, de sua fundação.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

É inequívoca a grande contribuição que os órgãos sérios de imprensa deste país deram, e continuam a dar, para a consolidação da democracia, tão propugnada pelos brasileiros.

Nesta esteira de importantes contribuições, o Jornal Folha de Irati, jamais se curvou diante do processo histórico, muito pelo contrário, caminhou lado a lado para o progresso e engrandecimento do nosso Estado do Paraná, com uma postura honesta e imparcial.

Parabenizamos os funcionários, pela competência na desenvoltura dos trabalhos; seus diretores que, com muita responsabilidade, fizeram com que o semanário ganhasse a credibilidade de milhares de leitores deste longos anos.

Irati e toda a região Centro-Sul do Estado do Paraná, buscam semanalmente, na Folha de Irati, as últimas notícias, quer sejam elas do mundo econômico, político, esportivo ou social. E, da mesma forma, este Parlamentar tem como leitura obrigatória este semanário, para estar sempre bem informado das coisas da nossa gente.

Hoje, ao completar 25 anos de circulação, compartilhamos das alegrias, desejando que Deus seja sempre a luz a iluminar o caminho daqueles que têm a missão e o mistério de bem informar.

#### REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. Aguinaldo Sérgio Lacerda Rodrigues e a Sra. Maria Iolanda Cerezini Rodrigues, Presidente e Diretora respectivamente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Terra Rica, extensivos aos demais membros da Diretoria, funcionários e alunos.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Professora Alci Franches Zanelato, entidade fundada em 19/10/88, sob a sábia direção de seu presidente e da diretora, vem desenvolvendo um excelente trabalho na recuperação das crianças portadoras de deficiências múltiplas, não somente da cidade de Terra Rica e sim de Guaraçá e outros municípios, tornando-os capazes de assumir suas posições no seio da sociedade local.

#### REQUERIMENTO Nº 665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pela criação, em 21 de abril de 1998, da COOPEROESTE - Cooperativa de Produção dos Trabalhadores Rurais do Oeste do Paraná, com sede em Cascavel / PR.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento aos membros da Diretoria: José Lino Bergamin, Presidente; José Marmentini, 1º vice-Presidente; Sérgio Dezan, 2º vice-Presidente; Jaime Cericato, 1º Secretário; e Valmir Maraffon, 2º Secretário, todos aos cuidados da AVIOS, à rua Pedro Dallabrida, nº 64, 85790-000 Capitão Leônidas Marques / PR.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

A criação da Cooperativa de Produção dos Trabalhadores Rurais do Oeste do Paraná, é fruto de uma derradeira tentativa em solucionar os graves problemas econômicos e sociais dos integrados ao Frigorífico Chapecó - Unidade Industrial de Cascavel.

Aproximadamente 500 produtores proprietários de aviários para a criação de frangos, estão servindo de elemento de pressão para resolver problemas econômicos de empresas com o sistema financeiro, sem nenhuma preocupação com sua situação e suas vidas.

Devido à falta de um desfecho favorável, após tantas tentativas frustradas, reuniram-se os produtores, no último dia 21 de abril, fundando sua própria Cooperativa, com finalidade de buscar caminhos que possam evitar a falência da pequena propriedade, principalmente para aqueles que buscaram alternativas de diversificação.

Neste voto de congratulações, pela meritória iniciativa, inclui-se o desejo de que realmente essa Cooperativa possa alcançar os fins a que se propõe e obter sucesso em todos seus objetivos.

## REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao advogado pontagrossense Roberto Busato, pela investidura como Tesoureiro do Conselho Federal da OAB e pelos trabalhos realizados.

Roberto Busato foi o primeiro advogado do interior a assumir um cargo no Conselho Estadual da OAB e o segundo da história da OAB no Paraná a assumir um cargo no Conselho Federal.

Requer ainda que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Sr. Roberto Busato, à Rua Augusto Ribas, 13 - ap. 91, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações pela realização da 1ª Semana de Contabilidade.

O objetivo do evento é a de aproximar os futuros profissionais, que são os estudantes do segundo grau dos profissionais e professores da área.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Diretor do Colégio Estadual Meneleu de Almeida Torres: Silvino Martelo e a Coordenadora da Semana: professora Luzia Pilarski, à Rua G. Ramos, 20, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais do Paraná, reunidos em Sessão Ordinária nesta egrégia Assembléia Legislativa, no dia 28 de abril de 1998, tendo em vista o grave momento atravessado pela universidade pública brasileira, que vive um momento de crise sem precedentes em sua história, onde seus professores e servidores técnico-administrativos estão em greve há mais de 30 dias, não se omitem de manifestar sua opinião, até em face dos relevantes serviços prestados em nosso Estado, pela Universidade Federal do Paraná, cuja ação como organismo institucional de fomento e produção da ciência e do conhecimento e de formação de quadros da intelectualidade foi inigualável fundamento de estruturação de toda a sociedade paranaense.

Assim, e diante de tão grave fato, apelam os Deputados Estaduais Paranaenses em Exmo. Sr. Presidente da República, Sua Excelência mesmo um professor de carreira da Universidade Pública, ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da educação e aos Exmos. Srs. colegas Parlamentares do Congresso Nacional, para que envidem todos os esforços possíveis e necessários para a resolução de tão grave crise, dentro da processualidade democrática, respeitando e levando em conta a grave situação econômica que enfrentam professores e servidores técnico-administrativos face a defasagem de seus vencimentos. Principalmente, impossível olvidar a necessidade de reconstruir os fundamentos de financiamento e estruturação da Universidade Pública Brasileira, atualmente imersa num crítico processo de abandono e desestruturação, processo este, que diante de uma perspectiva de globalização e onde a tecnologia e o conheci-



mento passar a ser os substratos estratégicos de qualquer processo de desenvolvimento, pode implicar numa definitiva e irreparável exclusão do Brasil da possibilidade de ingressar, com justiça social, no grupo dos países desenvolvidos.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(aa) SÉRGIO SPADA  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
NEREU MOURA  
JOÃO TECHY  
VALDIR ROSSONI  
HIDEKAZU TAKAYAMA  
EDNO GUIMARÃES  
ÂNGELO VANHONI  
AUGUSTINHO ZUCCHI  
TOTI COLAÇO  
LUIZ CARLOS ZUK  
CAÍTO QUINTANA  
BETO RICHÁ  
EDSON LINO  
IRONDI PUGLIESI  
DUILIO GENARI  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
JOSÉ TAVARES  
DR. ROSINHA  
PÉRICLES MELLO  
HERMAS BRANDÃO  
EDUARDO TREVISAN  
LUIZ CARLOS MARTINS  
NELSON TURECK  
MARQUINHOS ALVES

**REQUERIMENTO Nº 678**

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas, REQUER, depois de ouvido o Plenário da Casa, a consagração na ata dos trabalhos desta sessão, dos cumprimentos deste Parlamento à Igreja de Deus, da Cidade de Mercedes / PR, pela inauguração do novo templo, no último domingo.

Do aprovado requer ainda, seja dado ciência ao Pastor Wilson Wild, da comunidade anteriormente citada, na Cidade de Mercedes - CEP 85.998-000, Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) ÉLIO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 679**

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve este documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, a consagração na Ata dos Trabalhos da Sessão desta data, os cumprimentos deste Parlamento ao Con-

junto "Ecos da Liberdade", de Marechal Cândido Rondon/PR, pelo transcurso do Jubileu de Prata de existência.

Do aprovado, requer ainda que seja dado ciência à organização, através de correspondência a ser remetida à Igreja de Deus, Rua Sergipe, 2250 - CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon / PR.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) ÉLIO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 680**

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da Sessão desta data, um voto de louvor ao Pastor Mário Hort, da Igreja de Deus de Marechal Cândido Rondon, pelos 25 anos de pastorado junto a essa comunidade religiosa.

Do aprovado, requer ainda que seja dado conhecimento ao homenageado, via correspondência, à Rua Sergipe, 2250, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon / PR.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) ÉLIO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 682**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. João Natalino de Oliveira, líder comunitário, religioso e político na Cidade de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à sua comunidade.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**JUSTIFICATIVA:**

João Natalino de Oliveira, natural de Argirita - Minas Gerais, nascido em 26 de setembro de 1942, casado com Elza Augusta de Oliveira, com quem formou uma exemplar família com 5 filhos.

João Natalino chegou em Curitiba em 1980, trazendo de Grandes Rios - PR, uma paixão e uma fé. Paixão pela política, pelo PMDB velho de guerra, e fé na religião católica.

Continua hoje, um grande militante do PMDB de Curitiba, tendo uma vasta participação na direção de Zonais da Capital. Na Igreja Católica é Coordenador de Pastoral e Ministro da



Comunhão Eucarística, sempre agindo com a firme determinação de educar pela fé.

João Natalino colaborou com a organização de diversas Associações de Moradores em Curitiba, é diretor educacional da Associação de Moradores do Conjunto Parigot de Souza, área de sua residência, e participa do Sindicato dos Corretores de Imóveis.

De forma humilde e anônima, João Natalino trabalha em sua comunidade pela solidariedade humana e pela cidadania política dos paranaenses, dando sua contribuição através da fé religiosa e da participação política através do PMDB.

#### REQUERIMENTO Nº 683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Irineu Manoel de França, Presidente da Associação de Moradores da Comunidade Rurbana Campo de Santana, pelos relevantes serviços prestados à sua comunidade.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Irineu Manoel de França, natural de Pauto Frontin / PR, nascido em 10 de fevereiro de 1952, filho de João Manoel dos Santos e Tecla França, pai de dois filhos: Rosângela e Ivan.

Em Paulo Frontin, iniciou sua participação popular, onde era membro atuante da Igreja de Barra Grande, transformou-se em líder na região pelo trabalho de assistência social realizado. Ainda jovem, já demonstrava espírito de solidariedade e vocação às atividades comunitárias.

Irineu reside em Curitiba desde 1972, em 1979 passou a ser um dos moradores da Rurbana Campo de Santana, onde dedicou-se a criação de suínos e agricultura. Iniciou também nesta comunidade a sua atuação popular.

Presidente da Associação de Moradores da Comunidade Rurbana, por 4 mandatos, mantenedor da Creche Rurbana, com 93 crianças. Atualmente as atividades da associação destacam-se no atendimento às crianças, as atividades esportivas, profissionalização de adultos e assistência social.

Irineu é um lutador das causas populares, vêm ao longo dos anos participando de todas as atividades popu-

lares em nossa Capital, com o objetivo de buscar a qualidade de vida aos menos favorecidos.

#### REQUERIMENTO Nº 684

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Primeiro de Maio, Presidente da Câmara e demais Vereadores, contendo votos de congratulações alusivos ao 47º aniversário de emancipação política e administrativa, a ser comemorado no próximo dia 1º de maio.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) RENY BORSATTO

#### JUSTIFICATIVA:

Histórico: Os primeiros moradores do atual município de Primeiro de Maio, chegaram a região no ano de 1915. Francisco Augusto de Oliveira, Antonio Augusto de Oliveira e o eslavo Francisco Silowski estabeleceram-se às margens do Rio Paranapanema, não distante da barra do Tibagi e lançaram semente à terra. Era a ocupação do homem, que dominava a natureza de forma pacífica e ordenada.

Em 1920, quando governava o Estado o Dr. Afonso Alves de Camargo, iniciou-se forte corrente migratória, surgindo mais tarde a Colônia Primeiro de Maio.

No ano de 1922 chegaram à região as famílias de Domingos Denardi, Francisco Denardi, José Correa Porto de Abreu, João Batista Pereira, Eleutério Derozzo e tantas outras que seguiram com os ideais pioneiros.

Estes homens, acompanhados de suas mulheres e filhos, enfrentaram um sertão inóspito e de difícil acesso. Para facilitar o afluxo, estabeleceram-se o mais próximo possível da foz do rio Tabagi, no rio Paranapanema. Ali fundaram o primeiro povoado, a semente de uma nova vida para centenas de pessoas que acreditavam ter encontrado o "eldorado" que procuravam. A exemplo dos desbravadores que chegaram em 1915, iniciaram as plantações que lhes dariam o sustento devido.

Em pouco tempo era possível vislumbrar um crescente povoado, porém, um surto de malária causou terríveis baixas na comunidade, provocando uma debandada da inicial povoação. O recuo foi terrível. O novo local escolhido, hoje se localiza o município de Primeiro de Maio.

O território primaense pertenceu respectivamente aos municípios de Tibagi, São Jerônimo da Serra, Jataizinho e por último Sertanópolis, cuja ocupação é anterior a Primeiro de Maio.

Em 30 de dezembro de 1936, o povoado é elevado à categoria de Distrito Administrativo, no território do Município de Sertanópolis.

Pela Lei Estadual nº 790, de 14 de dezembro de 1951, Primeiro de Maio se constitui em município autônomo.

A instalação oficial deu-se com a posse do Prefeito eleito, Sr. José Correa Porto de Abreu, no dia 17 de dezembro de 1952.

Primeiro de Maio atualmente pertence à Microrregião 07 (AMEPAR), e o Prefeito eleito Sr. Paulo Todero. A Câmara Municipal está composta pelos seguintes Vereadores: Jerubal Matusalem Arruda, José Martins Barbeiro, Eudes Batistão de Mello, José Carlos Crmezzini, Vilma Alves da Silva, Jair Beliatto, José Lázaro Benites, Paulo Roberto de Oliveira e Arselino Persinato.

#### Dados Gerais do Município:

Topônimo - A denominação "Primeiro de Maio" está vinculada à data de fundação do município. Historicamente, o termo "Primeiro de Maio" começa no ano de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, quando operários americanos rebelaram-se contra seus patrões, pelas condições de vida e trabalho que enfrentavam nas fábricas, na época. Os americanos viviam um momento de explosão industrial, com o desenvolvimento do processo de mecanização das atividades econômicas e de produção em série. A resposta do patronato às manifestações dos trabalhadores foi violenta e sangrenta. Os líderes sindicais e principais articuladores da paralisação foram presos, enforcados e queimados dentro das fábricas. A partir deste fato, desencadeou-se no mundo inteiro um clima de revolta contra o vandalismo patronal. Anos mais tarde, a bravura e a luta dos americanos de Chicago, daria origem ao Dia Internacional do Trabalho, no dia primeiro de maio. No mundo inteiro esta data é comemorada como um símbolo de luta da classe trabalhadora. Curiosamente, somente nos Estados Unidos, esta data não é feriado, nem comemorado.

Dependência Genealógica: Primeiro de Maio desmembrou-se em 14 de novembro de 1951 de Sertanópolis, que

foi emancipado em 06 de junho de 1934 de Jatai, que originou-se em 14 de março de 1929 de São Jerônimo, que desmembrou-se em 23 de fevereiro de 1920 de Tibagi, que emancipou-se em 18 de março de 1872 de Castro, que originou-se em 24 de setembro de 1788 de Curitiba, desmembrado em 29 de 1693 de Paranaguá que foi criado por Carta Régia em 29 de julho de 1648.

Denominação dos habitantes: Primaenses.

População: 11.823 habitantes.

Distritos: Sede e Ibiaci.

Limites: Com os Municípios de Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Sertaneja, Sertanópolis e com o Estado de São Paulo pelo rio Paranapanema.

Comarca: Primeiro de Maio.

Altitude: 298 m.

Coordenadas: 22°51' latitude sul, 51°03' longitude W-GR.

Extensão Territorial: 416.113 km<sup>2</sup>.

Distância da Capital: 470 km.

Clima: Sub-tropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C, e a dos meses mais frios é inferior a 18°C.

Padroeira: Nossa Senhora Aparecida - 12 de outubro.

Data de Comemoração Municipal: 1º de maio.

#### REQUERIMENTO Nº 685

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de louvor ao 2º Sargento Antonio Inácio da Silva - lotado no BPTRAN - Pelotão de Acidentes - pela lisura, eficiência no cumprimento de seus deveres funcionais, exercendo suas funções de forma imparcial, em todas as circunstâncias, independentemente da posição social ou hierárquica funcional do infrator, o que merece aplausos e congratulações de toda a população.

Outrossim, requer, após a devida aprovação pelos nobres pares, o encaminhamento de correspondência ao Sargento Antonio Inácio da Silva, residente à Rua Claudino Barbosa, nº 206 -

Conjunto Urano em São José dos Pinhais - CEP 83.040-450, bem como seja enviada correspondência comunicando o elogio recebido pelo Sargento ao Cel. Luis Fernando de Lara - DD. Comandante Geral da Polícia Militar - Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1401 - Rebouças - CEP 80.230-110.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a inclusão no Plano de Integração do Sistema Viário do Estado, a pavimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Ipiranga e Ivaí.

A referida estrada é fonte de integração desta parte foltante do Estado do Paraná, serve como principal meio de escoamento da produção agrícola ali cultivada, além de ser útil para o transporte escolar.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos Prefeitos Municipais de Ipiranga e Ivaí.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando as razões pelas quais ocorreu disparidade de investimentos na rede de esgotos, visto ter Ponta Grossa recebido investimento inferior a outras cidades de menor porte.

Ponta Grossa fica atrás de alguns municípios que receberam maior investimento na rede de esgoto, em relação ao percentual da população atendida com rede de esgoto e, mesmo assim, deve receber menos investimentos.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando melhorias na telefonia celular em Carambeí.

No Município de Carambeí, que recebeu o serviço de telefonia celular recentemente, o funcionamento não está saindo a contento, o sinal é fraco e requer regulagem da torre, além do que o número de linhas liberadas é muito pequeno.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Carambeí: Alci Pedroso.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a inclusão no Plano de Integração do Sistema Viário do Estado, a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Cândido de Abreu e Ivaí.

A referida estrada é fonte de integração desta parte foltante do Estado do Paraná, serve como principal meio de escoamento da produção agrícola ali cultivada, além de ser útil para o transporte escolar.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência aos Prefeitos Municipais de Cândido de Abreu e Ivaí.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando obras de limpeza de acostamento e tapa-buracos na PR-468, entre a PR-323 e 180 - ligação de Umuarama à Mariluz.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

imentais e de conformidade com o Regulamento Interno desta Casa de Leis, REQUER a Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando cópia do Relatório Final das obras do Parque Ecológico, no Município de Irati, contendo as seguintes informações:

1) O Governo, no jornal "Paraná em Transformação", de sua responsabilidade, contabiliza o gasto de R\$ 124.648,31, no setor de Pavimentação e Paisagismo - Infra-Estrutura de Parques - no Município de Irati. Indaga-se: houve Termo Aditivo? Quantos? De quais valores? Qual o valor total gasto na obra?

2) A obra já foi concluída? Por qual empresa? Pública ou privada? Quando? Quais os serviços que foram executados?

3) O terreno onde as obras foram executadas, é de propriedade do Estado, do Município ou de particular? Se for de particular, quem é o proprietário e como foi feita a negociação?

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após regular ouvida do Plenário, REQUER informações ao Exmo. Sr. Giovanni Gionédis, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda e ilustre Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, sobre quem são os pilotos e equipes de automobilismo patrocinados pelo BANESTADO, quanto cada piloto e equipe recebeu no ano de 1997 e 1998, e ainda, quando está ainda previsto para receber no ano corrente, de qualquer órgão ou departamento do Conglomerado BANESTADO.

Na oportunidade, informamos que o presente requerimento revela-se necessário para, em atendimento aos princípios da moralidade e da transparência administrativa, revelar à sociedade paranaense os percentuais gastos pelo BANESTADO com publicidade e patrocínio, despesas que, diante da crise propalada pelos administradores do Banco, possuem característica eminentemente supérflua.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando cópia do contrato assinado entre o DER e as empresas vencedoras das Concorrências nºs 20/97, 21/97, 22/97, 23/97, 24/97 e 25/97.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) DR. ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial de 28/10/98 publica os avisos dessas correspondências. Portanto todas elas já foram concluídas e, no cumprimento do dever e no gozo de direito, vimos como Deputado Estadual solicitar cópia dos contratos assinados.

#### REQUERIMENTO Nº 686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após regular ouvida do Plenário, REQUER informações ao Exmo. Sr. Giovanni Gionédis, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda e ilustre Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO - se e como as empresas A.G. Turismo Ltda. e outras empresas de propriedade do Sr. Alfonso Gardman fizeram operações de compra e venda de dólares e de empréstimos junto ao BANESTADO nos anos de 1994 à 1998, e tendo havido as operações citadas, quanto foi movimentado em cada operação e qual a cotação do dólar utilizada em cada uma das operações de compra e venda havidas. Requer também informações sobre operações de empréstimos com as empresas Indústria Metalúrgica PADO S/A e C.N. Nascimento Ltda., principalmente sobre qual o volume de recursos utilizados nas operações de empréstimo dos anos de 1994 à 1998, e nestas, quais as garantias exigidas como contrapartida.

Na oportunidade, informamos que o presente requerimento revela-se necessário para, em atendimento aos princípios da moralidade e da transparência administrativa, informar à sociedade paranaense os mecanismos de operação com dólares e de empréstimos do BANESTADO com as empresas citadas, principalmente face as denúncias de privilegiamento ilegal de empresas com

procedimentos irregulares nas operações de compra e venda de dólares e de empréstimos.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

**REQUERIMENTO Nº 668**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita na ata dos trabalhos de hoje a matéria em anexo.

Sala das Sessões, em 28.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. DR. ROSINHA (**Palavra de Apresentação**) - "Em nome da ética, da cidadania, estamos em greve". Foi assim que o ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná, Henrique de Faria, encerrou o seu discurso na transmissão de posse, no último domingo, ao novo Reitor.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, em nome dessa ética e dessa cidadania é que este Parlamento, na semana que passou, mais precisamente na quinta-feira, aprovou um requerimento cujo conteúdo é uma moção de apoio ao Movimento Grevista dos Professores das Universidades Federais do Brasil, especificamente a do Paraná, aos técnicos, funcionários, técnicos desta Universidade, e os estudantes.

Esta Casa deseja boas vindas aos nossos convidados e já, antecipadamente, demonstrando o nosso apoio ao aprovar o requerimento e fazer a concessão permitindo, dando a permissão para a participação nesta Sessão de hoje.

As Universidades Públicas do nosso país vêm, ao longo do tempo, sendo vítimas de uma destruição lenta e que no último mandato presidencial, do Governo Fernando Henrique Cardoso, que, por ironia, professor universitário, tem aumentado o sucateamento da Universidade.

Recentemente, a imprensa, a nível nacional, divulgou os resultados dos provões, com todos os vícios que eles têm, que existem nos provões, quanto à questão da avaliação das Universidades, traz no "ranking", nos primeiros lugares do "ranking", todas as Universidades Públicas do nosso país. O que demonstra, que apesar delas serem vítimas de perseguição econômica, da não liberação de verbas para investimento, para a ciência e

para a pesquisa, os funcionários, professores e estudantes resistem ao Governo Federal, insistindo em dar um bom ensino, em fornecer um bom ensino, quando era o desejo desses nossos governantes a sua destruição.

Há cerca de 3 anos atrás, o Caderno Mas, da Folha de São Paulo, traz os 100 maiores Institutos de Ciência e de Pesquisa do nosso país. Naquela ocasião, também está presente, cerca de 88% a 99% desses Institutos sendo públicos. Se não me falha a memória, somente a PUC do Rio de Janeiro, como entidade privada, estava entre as 100 Instituições de Ensino e Pesquisa, de mais trabalho, de mais material publicado e mais pesquisas divulgadas.

Queremos dizer aos estudantes, servidores técnicos e professores da Universidade Federal e da Escola Técnica Federal, que aqui se encontram, que esta Casa apoia o Movimento, defende a independência das Universidades, e desejam que as Universidades conquistem cada vez mais o seu espaço na área da ciência e da tecnologia.

Estaremos lutando para a vitória deste Movimento, porque queremos, assim como os professores e os estudantes, uma educação libertária, que nos conduza para um país sem exploração, sem explorados, sem opressores e sem oprimidos, para uma sociedade igualitária. Isto passa pelas escolas públicas do nosso país e pelas nossas universidades.

Bem-vindos. É o que desejamos a vocês, em nome deste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) - A palavra está com o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Com a anuência de Vossa Excelência, vou declinar do uso da palavra neste momento, e tão logo os expositores da situação das Universidades Públicas terminem de fazer a sua explanação para esta Assembleia, vou ler uma moção em nome de todos os Deputados que estão assinando, para que seja enviada ao Presidente da República, ao Ministro da Educação e à Bancada de Deputados Federais, assim como a criação de uma comissão supra-partidária para ajudar na intermediação da superação desse impasse que vive a universidade pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Esta Presidência, a Mesa Executiva e este Poder Legislativo, antes de conceder a palavra à pessoa do estudantado, representada pelo Carlos; a pessoa dos funcionários, a pessoa do Norton; e o representante dos srs. professores, Professor Ricardo, já tenham de antemão que este Poder Legislativo está realmente buscando o entendimento e achando uma solução a este problema que é nosso, dos nossos filhos e da família do Paraná.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo da Costa de Oliveira, membro do Comando Local de Greve dos Professores da Universidade Federal do Paraná.

O SR. RICARDO DA COSTA DE OLIVEIRA - (Lê): "Manifesto à Assembléia Legislativa.

Hoje, temos 48 (das 52) Instituições Federais de Ensino Superior em greve por tempo indeterminado. Portanto, nossa greve não é uma abstração, ela é uma realidade nacional e possui um caráter positivo. Queremos determinar o destino da nossa instituição: uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. Como? Como integrantes da comunidade acadêmica questionamos o rumo de uma política que exclui, empobrece e diminui o papel da Universidade - e com ela da educação - na formação de nossa sociedade.

Como andam as Instituições Federais de Ensino Superior? Analisemos alguns números. Dos 6,4 bilhões que o MEC diz ter investido nas 54 instituições federais de ensino superior em 1997, apenas 387 milhões, segundo dados oficiais, foram investidos em manutenção e 25 milhões em custeio e capital. Isto é suficiente? Basta visitarem as instalações nas quais trabalhamos para formarem o vosso juízo.

No que se refere às despesas com pessoal, o orçamento de 1998 apresenta em relação a 1989 uma queda de 36,5%. Só no período após a implantação do Plano Real a inflação foi de 65%, de acordo com o ICV-DIEESE. E os nossos salários estão congelados há mais de 3 anos e 4 meses, fazendo com que os nossos melhores quadros (professores e técnico-administrativos) ou passem a desprezar a dedicação integral à Universidade Pública ou passem efetivamente para a iniciativa privada. Esse é talvez o maior prejuízo à Universidade: perder um quadro que certamente demandou investimento público de longo

prazo. Situação esta que é ainda agravada, frente ao corte de bolsas de iniciação científica e pós-graduação. O que significa uma redução expressiva na produção científica nacional.

Porque o Governo parece manter uma concepção excludente de Estado com relação à sociedade civil; porque ele parece compreender que o papel do Estado se resume na polícia e na arrecadação, a sua concepção de Universidade fica muito aquém de qualquer padrão acadêmico, e sobretudo, de qualquer padrão democrático pelo qual possamos julgar o papel da Universidade como instituição.

A nossa greve é apenas o início das reivindicações que a sociedade civil deve fazer, a fim de ser reconhecida como agente político em uma democracia. A construção e a manutenção de uma Universidade Pública, gratuita e de qualidade, não é um pleito só da comunidade acadêmica - mas de todo cidadão - e é também como cidadãos e como membros da comunidade paranaense, que viemos neste momento denunciar as ambigüidades que a política do Governo Federal tem imposto à nossa instituição.

Assinam este manifesto,  
Comandos Locais de Greve  
APUFPR - S. Sind. Sinditest,  
DCE-UFPR e SindocEFET".  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedemos a palavra ao representante dos funcionários, o Norton.

O SR. NORTON - Boa tarde, Srs. Deputados, Presidente da Mesa.

Em nome dos servidores técnicos administrativos da Universidade Federal do Paraná, gostaria de ler uma carta que foi encaminhada a Vossas Senhorias, há duas semanas, e ponderamos ser importante retomar agora.

(Lê): "Curitiba, 14 de abril de 1998.

Ofício 051/98

Ao: Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Com cópia aos Exmos. Deputado Estaduais.

Exmo. Presidente:

É tautológico tecer exaustivas assertivas quanto ao descalabro em que se encontram a educação e a saúde pública do nosso país. Não obstante, há que se ressaltar que pela Universidade Federal do Paraná formaram-se os mais

brilhantes intelectos e que sua história gloriosa reflete orgulho para toda sociedade paranaense e nacional. Resalte-se, ainda, e isso é por demais importante, que o Hospital de Clínicas da UFPR é um centro de excelência e paradigma em toda a América Latina.

Entretanto, violentando o sacratíssimo Contrato Social em que o cidadão contribui e o Estado forneceria os meios de acesso a uma saúde pública e uma educação gratuita e de qualidade, os Parlamentares paranaenses, representantes do povo no Congresso Nacional, prestaram um incomensurável desserviço à sociedade, ora se omitindo ao financiamento deste imperativo constitucional, ora votando matérias contrárias aos interesses da população.

Hoje, Excelência, estudantes, docentes e técnico-administrativos da UFPR, prejudicados imediatos das políticas anti-sociais, deflagram uma greve em proteção ao patrimônio e aos serviços públicos, substituindo aqueles que foram eleitos para tal.

Hoje, Excelência, a população curitibana vive o medo da falência do ensino de qualidade e gratuito e do acesso à saúde, bem como possuem extrema indignação pela omissão dos nossos representantes, tornando-se vítimas mediatas da revogação daquele Contrato Social.

Representamos um universo de 30.000 eleitores, insatisfeitos com a inexistência de política para o setor e irresignados com as atuações dos Parlamentares paranaenses no Congresso Nacional, ora proporcionando escândalos, ora omissos aos trabalhos, ora se posicionando contrários aos interesses da população.

Assim é que, com 30.000 potenciais militantes defendendo seus direitos inalienáveis à educação e à saúde públicas, com base em todas as regiões do Estado, estamos determinados a não permitir a reeleição dos atuais Parlamentares da Bancada paranaense que atuam contra os interesses sociais.

Por isso, Excelência, visando reverter o quadro, é que vimos pleitear sua intervenção junto à bancada paranaense, no sentido de se repensar e agir a política educacional e de saúde voltada à população, com garantia de financiamento do setor e proteção das atividades laborais dos servidores docentes e técnico-administrativos, a fim de que nossos

atuais e futuros estudantes, com as mesmas oportunidades, possam figurar no rol de celebridades intelectuais, prosperando na pesquisa e na ciência em prol da nação.

Atenciosamente,

SINDITEST/PR - Sindicato dos Trabalhadores do 3º Grau Público de Curitiba,

DCE/UFPR - Diretório Central dos Estudantes da UFPR,

ASUFEPAR - Associação dos Servidores da UFPR".

Queria, em nome dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Paraná, do CEFET e da Delegacia Regional do MEC, agradecer a esta Casa pela Moção de Apoio, aprovada na quinta-feira retrasada por esta Casa, apoiando o movimento de greve da Universidade, e as reivindicações da classe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedo a palavra ao estudante Carlos Motta.

O SR. CARLOS MOTTA - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comunidade universitária presente aqui nesta Assembléia Legislativa do Paraná.

Cabe a mim trazer as notícias de como está a mobilização, hoje, na Universidade Federal do Paraná, em especial, a exemplo de todas as instituições federais de ensino superior do Brasil.

De forma inédita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os estudantes da Universidade Federal do Paraná, decidiram, em assembléia geral e soberana, por uma adesão à greve dos servidores da universidade e por uma pauta de reivindicações em defesa da universidade pública, em defesa do ensino gratuito, da qualidade e da democracia nas instituições públicas de ensino superior.

Podemos observar, neste movimento que nas últimas semanas temos acompanhado que a adesão em nossa instituição está superando todas as paralisações que anteriormente se verificaram nesta instituição. Podemos observar os cursos, como hoje está noticiado na imprensa, de Direito, que historicamente não só apoiavam, como muitas vezes eram contra a greve, decidiram por uma paralisação e por um calendá-



rio especial em defesa da universidade pública, além de enviar ao Conselho Universitário o apoio ao movimento, o apoio à greve dos servidores e dos estudantes da Universidade Federal do Paraná.

O curso de Medicina, em assembléia, a exemplo de todos os outros cursos da universidade, Medicina, que não estava acompanhando a greve, Medicina decidiu parar, inclusive, hoje, estamos promovendo no Hospital de Clínicas - fica aqui o convite aos Srs. Deputados, hoje, das 20:00 horas às 8:00 da manhã, estaremos no Hospital de Clínicas, em vigília pela educação pública, pela educação de qualidade.

Por que os estudantes estão apoiando este movimento? Porque sabemos, Srs. Deputados, que 90% da pesquisa realizada no Brasil, vem da universidade pública. Sabemos, como foi agora há pouco relatado, que a educação de qualidade realmente é verificada na instituição pública, porque ela tem o compromisso, com indissociabilidade entre ensino - pesquisa - extensão. E os servidores que prestam esse serviço de qualidade, estão aproximadamente há 4 anos sem sequer a reposição do índice de inflação em seus salários.

Atendemos no Hospital de Clínicas à comunidade carente que busca a saúde, que infelizmente o nosso Estado ainda não pode oferecer à população do Paraná, pessoas de todos os municípios do Paraná, pessoas de outros Estados vêm para o Hospital de Clínicas ter o atendimento de qualidade, que é feito com recursos próprios da Universidade Federal.

Esperamos que, efetivamente, o Brasil ocupe o seu lugar como país de primeiro mundo, mas da forma correta, da forma como um país realmente deve progredir, através da educação, da erradicação do analfabetismo, e não simplesmente produzir vendendo quinquilharias de lojas de 1,99.

O que esperamos, é que a exemplo de outros países que conseguiram se destacar no contexto global, esperamos que o Brasil também invista na educação, para desta forma termos um desenvolvimento sustentado.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comunidade aqui presente, gostaria de dizer, em nome dos estudantes que estão aqui presentes, que vieram em passeata, desde o pátio da reitoria, a exemplo de outras duas,

três manifestações que já fizemos, abraçamos o edifício central da Praça Santos Andrade, fomos até a Boca Maldita, até a Delegacia regional do MEC, gostaria de dizer que o apoio desta Casa Parlamentar, desta Casa do povo paranaense, a esse movimento de greve, a esta defesa da Universidade, só vem alimentar ainda mais a esperança da comunidade universitária e da sociedade paranaense, de que o Governo Fernando Henrique Cardoso, como professor, como sociólogo que é, estudioso, ele volte os seus olhos para a Universidade, e efetivamente invista na educação, para que o povo do Paraná, o povo do Brasil possa, com certeza, a ser um país desenvolvido, com um povo, com uma desigualdade um pouco mais minimizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedo a palavra ao ilustre Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados Estaduais, caros companheiros de luta pelo ensino público e gratuito neste país, professores da Universidade Federal do Paraná, estudantes, funcionários técnico-administrativos.

Talvez seja uma pequena homenagem e um pequeno gesto de apoio político que, com certeza, talvez não seja decisório no processo de luta que vocês travam, hoje, pela defesa da Universidade em todo o território brasileiro. Mas, esta moção que vou ler agora, está subscrita pela totalidade dos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que manifestam explicitamente o seu apoio ao ensino público deste País, em especial pela defesa da Universidade Pública em território brasileiro.

Este documento, tão logo seja discutido e aprovado pela Assembléia legislativa, será enviado ao Presidente da República, ao Ministro da Educação e à Câmara Federal, que representa o Estado do Paraná no Congresso Nacional.

Vou passar a ler a moção que os Deputados me incumbiram de, neste momento, homenagear os professores e o ensino público do nosso país.

(Lê): "Moção de Apoio.

Os Deputados Estaduais do Paraná, reunidos em Sessão Ordinária nesta egrégia Assembléia Legislativa no dia



28 de abril de 1998, tendo em vista o grave momento atravessado pela Universidade Pública Brasileira, que vive um momento de crise sem precedentes em sua história, onde seus professores e servidores técnico-administrativos estão em greve há mais de 30 dias, não se omitem de manifestar sua opinião, até em face dos relevantes serviços prestados, em nosso Estado, pela Universidade Federal do Paraná, cuja ação como organismo institucional de fomento e produção da ciência e do conhecimento e de formação de quadros da intelectualidade, foi inigualável fundamento de estruturação de toda a sociedade paranaense.

Assim, e diante de tão grave fato, apelam os Deputados Estaduais Paranaenses ao Exmo. Sr. Presidente da República, Sua Excelência mesmo um professor de carreira na Universidade Pública, ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e aos Exmos. Srs. colegas Parlamentares do Congresso Nacional, para que envidem todos os esforços possíveis e necessários para a resolução de tão grave crise, dentro da processualidade democrática, respeitando e levando em conta a grave situação econômica que enfrentam professores e servidores técnico-administrativos face a defasagem de seus vencimentos. Principalmente, impossível olvidar a necessidade de reconstruir os fundamentos de financiamento e estruturação da Universidade Pública Brasileira, atualmente imersa num crítico processo de abandono e desestruturação, processo este que, diante de uma perspectiva de globalização e onde a tecnologia e o conhecimento passam a ser substratos estratégicos de qualquer processo de desenvolvimento, pode implicar numa definitiva e irreparável exclusão do Brasil da possibilidade de ingressar, com justiça social, no grupo dos países desenvolvidos.

Sala das Sessões, em 28.04.98".

Assinam a presente moção os Deputados Estaduais: Plauto Miró, Caíto Quintana, Hidekazu Takayama, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Luiz Carlos Zuk, Marquinhos Alves, Eduardo Trevisan, Nelson Tureck, José Tavares, Sérgio Spada, Florisvaldo Fier, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Deputada Ironi Pugliesi, Edgar Bueno, João Techy, os Deputados Beto Richa, Duílio Genari, Valdir Rossoni, Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Neivo

Beraldin, Luiz Carlos Alborghetti, Edno Guimarães, Walmor Trentini e Nelson Justus, que agora não está presente, mas estava presente e assinou, e o Deputado, ex-Secretário da Agricultura, Hermas Brandão.

Além disso, Sr. Presidente, antes de Vossa Excelência colocar em votação esta moção, gostaria de solicitar à Mesa, e essa é uma decisão que cabe à Comissão Executiva com aceite do Plenário, de que seja formada uma comissão suprapartidária, com representantes de cada partido, para que possam gestionar junto à Bancada Federal e todos os partidos que têm assento nesta Casa, que têm representantes no Congresso Nacional, que se reúne quinzenalmente no Congresso Nacional, para que os Deputados Federais que representam o Paraná em Brasília, possam denodar esforços no sentido de que o Ministério da Educação e o Governo Federal brasileiro entendam as necessidades por que passam as universidades públicas e aceitem as reivindicações dos professores, funcionários técnico-administrativos das universidades em todo o território brasileiro.

Por isso, gostaria que Vossa Excelência colocasse essas duas questões em votação: a criação de uma comissão suprapartidária e a aprovação desta moção que tenha a assinatura de todos os Deputados.

Concedo aparte ao Líder do PTB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Deputado Augustinho Zucchi.

**O Sr. Augustinho Zucchi** - Deputado Vanhoni, a minha saudação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comunidade acadêmica, aqui, da Universidade Pública.

Até iria fazer um pronunciamento no horário da Liderança do nosso partido, mas tenho certeza absoluta de que todos os Deputados aqui gostariam de expressar neste momento o sentimento que têm com relação a universidade pública brasileira. Eu em especial, porque me formei na Universidade Federal do Paraná, e já quero aproveitar para parabenizar todos os integrantes das universidades públicas, aqui presentes, porque nas greves em que fazíamos, às vezes as greves dos funcionários ou dos professores, ou dos alunos, e hoje, vejo aqui o apoio de todos os setores da universidade pública que vêm a este poder, ao Parlamento do Estado do Paraná, discutir a questão

por que passa a universidade pública brasileira.

Há poucos dias, vi um levantamento, um estudo, que aliás por várias vezes se fala que a universidade pública brasileira está com seus quadros colocados com alunos que têm condição financeira e que, portanto, os defensores da educação privada neste País poderiam supor que realmente a universidade pública não estava cumprindo com o seu papel.

Neste levantamento feito, Deputado Vanhoni, pela própria Universidade Federal do Paraná, dá razão e estabelece o perfil de quem são os estudantes hoje da universidade pública brasileira. Não fosse a universidade pública brasileira, não teríamos, como foi afirmado aqui pelos que me antecederam, 90% da pesquisa científica em nosso país, não teríamos a oportunidade da formação de liderança da nossa vida pública como temos hoje. E não teríamos a mínima possibilidade de dar ao povo brasileiro a oportunidade de se transformar em agente de desenvolvimento econômico e social da nossa sociedade.

Por isso, a greve das universidades públicas, em especial do nosso Estado, não é apenas um movimento. Acho que é uma encruzilhada, é um reparo do que significa hoje, de como hoje está colocado o ensino público brasileiro.

Quantos professores renomados, formados ao longo do tempo às expensas do poder público, que deixam as universidades públicas, não porque não querem trabalhar na universidade, mas porque não lhes são dadas as condições para que continuem trabalhando na universidade pública. Quanta gente está deixando de formar este quadro, que é o real sustentáculo, e com certeza absoluta da relação científica e nosso país, que é a universidade pública, estão deixando a universidade.

Portanto, gostaria de me solidarizar a Vossa Excelência, nesse pronunciamento, e principalmente na moção que Vossa Excelência lê, que tem a aprovação de todos os Deputados.

Também gostaria de colocar, Sr. Presidente, que nesta comissão que será feita para que possamos acompanhar a negociação através do comando de greve, através dos participantes desta greve, gostaria de me colocar à disposição para participar desta comissão.

Quero repetir aqui uma frase que abre o estudo do perfil das universidades públicas brasileiras, demonstrando que ali, quem ainda estuda na universidade pública brasileira é alguém que precisa de formação para transformar, na sociedade, aquilo que significa o verdadeiro sentido da universidade, que é transformar o indivíduo num universo de conhecimentos para que possa ajudar no desenvolvimento econômico, social e político da sociedade brasileira.

A frase que abria o estudo, dizia o seguinte: "quando a realidade é mascarada por palavras fáceis ou por fantasias, cabe aos homens de bem e não aos covardes, estabelecer e colocar no rumo certo a verdadeira verdade das universidades públicas brasileiras".

Então, me solidarizo com Vossa Excelência, e parabeno o movimento em favor do ensino público brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de passarmos ao Horário das Lideranças, queremos cumprimentar a família da Universidade Federal do Paraná, porque é desta forma que Vossas Excelências conseguiram o apoio unânime desta Casa, fazendo um protesto, fazendo o Governo Federal acordar para este problema por vocês levantado, de uma forma ordeira, pacífica e principalmente educada, como vocês comparecem neste Parlamento, e em todos os momentos das suas reivindicações.

Os nossos cumprimentos, porque em todas as posições, nesta Casa, terão o apoio de todos os Srs. Parlamentares.

Parabéns a vocês, e que realmente alcancem os seus objetivos.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, quero anunciar a presença do Deputado Federal, Ricardo Gomyde, do Partido Comunista do Brasil, que, sem dúvida nenhuma, tem acompanhado a luta e o movimento dos professores e funcionários das universidades públicas federais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Perfeitamente registrada e nos

associamos à presença do ilustre Parlamentar.

O SR. MARQUINHOS ALVES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria anunciar a presença do Prefeito Municipal de Paissandú, Jonas Geraldo de Lima e a presença do Vereador Benito Moreira Betin, que nos honram com suas presenças.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença dos empresários de Paranavaí: Rubens Felipe, Luiz e Mário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado e a Mesa Executiva se associa à presença das ilustres personalidades anunciadas por Vossas Excelências.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura, no horário do PMDB.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos também, em nome do PMDB do Paraná e em nome da nossa bancada, dar a nossa solidariedade ao movimento dos professores e estudantes da Universidade Federal do Paraná e das universidades públicas deste país.

Somos solidários, e acreditamos também que somente com uma visão diferente desta que está aí, poderemos oferecer uma qualidade de ensino à nossa população, somando-se condições favoráveis aos professores e alunos.

Não adianta demagogia barata ou discurso, de que o Governo está preocupado com a educação, quando observamos que na prática não passa de discurso e de conversa.

Por isso, em nome do PMDB, queremos também deixar a nossa solidariedade, o nosso integral apoio ao movimento das escolas públicas, do ensino superior do Estado do Paraná, com ênfase à Universidade Federal do nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar hoje, também sobre o movimento que está ocorrendo no Oeste do Paraná. Hoje já faz quase 30 dias que os avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná encontram-se alojados na frente da unidade do Frigorífico Chapecó, na Cidade de Cascavel. Há quase 30 dias que os produtores rurais buscam chamar a atenção do Governo Federal, do BNDES e dos políticos de forma geral, para

tentarem intermediar e resolver a angustiante situação que atormenta os produtores rurais integrados à AVIOS - Associação dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná.

É uma lástima, Sr. Presidente, o quadro desesperador dos nossos agricultores que foram aos bancos - pequenos proprietários rurais - fazer financiamentos, acreditando no discurso dos Governos e dos políticos de forma geral, de que pequena propriedade só é viável se for diversificada. Pois 526 avicultores, acreditando nesse discurso, nessa orientação, foram aos Bancos, construíram aviários nas suas pequenas propriedades, começaram ali em grande calvário, que resultou, Sr. Presidente, no final do ano passado, na paralisação das atividades do Frigorífico Chapecó da Unidade de Cascavel, trazendo tormento, amargura, fechando quase que 5 mil empregos diretos e indiretos em toda a região Oeste e Sudoeste do Paraná.

Uma luta foi travada aqui nesta Assembléia por todos os políticos da região, no sentido de convencer o Governo Federal, através do BNDES, e também o Governo do Estado, para que providências sejam tomadas, objetivando minimizar a grave situação que atormenta aquele contingente populacional.

Infelizmente, Sr. Presidente, há quase 30 dias que a população está lá na frente do Frigorífico Chapecó. Foi recebida por um grande contingente de policiais que impediam a entrada da população trabalhadora na Unidade do Frigorífico.

Após isso, alojaram-se na frente daquela unidade fabril, e estão lá, em condições totalmente desumanas: com chuva, com barro, com poeira, sofrendo e implorando que atitudes sejam tomadas para resolver essa grave crise.

Se não fosse a ajuda do Prefeito de Cascavel, Salazar Barreiros, do Prefeito de Capitão Leônidas Marques, Altair Tuio; do Prefeito de Boa Vista da Aparecida, Wolney Savaris; do Prefeito de Santa Lúcia, João Scalco; do Prefeito de Catanduvas, Olympio de Moura; do Deputado Edgar Bueno, do Deputado Federal Hermes F. Parciannelo, aquela população estaria esvaída por completo, estaria sem a mínima condição de lá persistir e de continuar buscando chamar a atenção por parte das autoridades federais e também do Paraná.

Porque até agora, não ouvimos o Governador Jaime Lerner se pronunciar sobre esse grave episódio que assola a nossa economia. O Governador, que é costumeiro em fazer viagens, em andar daqui para lá, em descer lá para visitar terrenos para compra do aeroporto, para fazer assinaturas de protocolos de empresas que não se instalaram, não abriu a boca ainda, no sentido de defender os agricultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, e não só abriu a boca, como não tomou nenhuma providência para salvar da falência milhares de pessoas que hoje padecem e sofrem as agruras de uma política desastrosa do Governo Federal, culminada com o apoio do Governo Estadual.

Sr. Presidente, nós Deputados Estaduais, Deputado Neivo Beraldin também lá esteve, dando a sua contribuição e o seu apoio. Por mais que tentemos ajudar e colaborar, não conseguimos, nos sentimos, às vezes, impotentes para tentar dar a resposta que aqueles agricultores sofridos tanto esperam e precisam.

Por isso, seria necessário, Sr. Presidente, que o Governador, o nosso Governador Jaime Lerner, com o peso político de governar um dos principais Estados desta Federação, um Estado que não dobra a espinha, um Estado que anda de cabeça erguida, chamasse para si a negociação, a chefia da negociação, assumisse a responsabilidade de, junto com o Governo Federal e o BNDES, providenciar a resposta que salve da falência, do suicídio e da morte, milhares de trabalhadores do Oeste e Sudoeste do Paraná.

Este é o grito que quero deixar aqui nesta Casa, que não é meu, mas que é de uma população sofrida e desesperançosa. Que hoje, mesmo olhando para o horizonte, mesmo olhando para o infinito, não encontra sequer algo que possa lhes propiciar uma posição que tenha possibilidade de oferecer uma resposta a esta situação. desesperadora, triste, amarga, terrível, cruel, que enfrentam os nossos agricultores do Oeste e Sudoeste do Paraná.

Deixo aqui, ao finalizar, Sr. Presidente, que esta parede de concreto se fure, que chegue a nossa mensagem ao Palácio Iguaçu, para que o Governador Jaime Lerner assuma a briga dos agricultores do Sudoeste e Oeste do Paraná, compre essa batalha, ajude a salvar milhares de empregos, ajude a salvar vidas, ajude a salvar da falên-

cia tantas pessoas, que sem a ajuda do Governo do Estado estão fadadas ao desaparecimento, à falência e à amargura total.

Fica aqui o nosso recado, para que o nosso grito chegue aos ouvidos do Governador e as providências por ele sejam encaminhadas com a maior urgência possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Última liderança. Concedo a palavra ao Sr. Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, presenciamos aqui o pronunciamento do ilustre Parlamentar Luiz Claudio Romanelli, onde fez milhares de acusações baseadas em atas não oficiais do BANESTADO.

É importante que se diga, já disse ontem, que a Diretoria do BANESTADO, fiel aos princípios de moralidade, pela primeira vez na história do BANESTADO, todas as suas reuniões estão sendo gravadas e depois desgravadas. São partes de documentos que fez uso, ontem, o ilustre Parlamentar.

É claro, que se você pegar a desgravação de qualquer ata de uma reunião do BANESTADO, com um volume enorme, e pinçar assuntos específicos, e não dar continuidade da reunião, pode-se gerar duplas interpretações.

Ontem, o Deputado Luiz Claudio Romanelli fez uso do expediente, e está fora da lei. Porque citou alguns correntistas do BANESTADO, do qual são protegidos pelo sigilo bancário.

Vamos fazer aqui os esclarecimentos das questões levantadas pelo Parlamentar Luiz Claudio Romanelli. A primeira atitude que a Diretoria do BANESTADO deveria tomar, era pedir ao Deputado Luiz Claudio Romanelli que esclarecesse como obteve essa documentação. Isso é muito importante, para que pudéssemos fazer os esclarecimentos. A Diretoria do BANESTADO tem o maior interesse de fazer os esclarecimentos das acusações feitas aqui, ontem, pelo Parlamentar.

Passo à esclarecê-las:

- "Operação - Xingu Construtora de Obras Ltda.

É um cliente de 1995, cujas operações se revestem de todas as condições estabelecidas pelas normas bancárias. As operações de renegociação de

dívida levantadas pelo Deputado, são efetuadas dentro das normas estabelecidas pelas autoridades monetárias, o BACEN".

Quanto à questão levantada pelo Deputado Ângelo Vanhoni - Operação de Câmbio - foi citada a AG Turismo.

A AG Turismo, sediada em Londrina, quero afirmar aqui que esta agência de turismo não opera em câmbio com o BANESTADO, nem como o Banco del Paraná.

O Banco do Estado do Paraná não transaciona em câmbio com a Tupi Câmbios, que foi a outra agência citada pelo ilustre Deputado. Não!

Importante é dizer aqui, não pode haver irregularidade, porque não transaciona câmbio com a Tupi, conforme alegado pelo Deputado, nem com qualquer outra casa de câmbio sediada no Brasil.

O Banco del Paraná, opera com casas de câmbio no Paraguai, desde que autorizada a funcionar pelo Banco Central do Paraguai.

Então, os senhores estão vendo, que nenhuma das duas empresas operam com o Banco do Estado do Paraná.

Quanto à questão dos patrocínios esportivos, o BANESTADO desconhece os patrocínios alegados, dos pilotos Cristiano Damata, Alfredo Garcia, Sérgio Baese.

Ora, se o BANESTADO desconhece, é porque não existe. O que o BANESTADO reconhece é que existe um patrocínio dado ao piloto de Fórmula Indy Light, Sr. Ayrton Daré Júnior. O Banco informa que tal patrocínio está imbuído dentro de um conceito de reciprocidade comercial. Estará à disposição da Assembleia Legislativa, desde que autorizado pelas partes a prestar qualquer esclarecimento.

Quando falamos aqui de reciprocidade comercial, naturalmente os Deputados devem entender que entra na questão do sigilo bancário.

Operação Cidadela. A Cidadela é um cliente do Banco em diversas modalidades. A exemplo de outras, vem repactuando operações nas condições estabelecidas pelas normas pertinentes.

Quanto à questão BRADESCO - Banco Pactual, o BANESTADO tem recebido propostas para venda de ativos e provisão de diversos Bancos, inclusive do Banco Pactual. Não recebeu qualquer proposta do Banco BRADESCO.

A proposta do Banco Pactual não foi aceita pelo BANESTADO, por não

consultar os seus interesses. Então, o BANESTADO não fez negócio com o Banco Pactual.

Com respeito às negociações à Empresa DM Construtora de Obras Ltda., abranger operações efetuadas no passado, com amortização de capital e cobrança de encargos. No caso presente, trata-se de clientes cujas operações remontam do ano de 1992, são operações, que como os demais clientes, se revestem de características usuais dentro das normas legais estabelecidas para tanto.

Srs. Deputados, tinha certeza absoluta de que ontem, ao ouvir o pronunciamento do Deputado Romanelli, teria condições de trazer aqui os esclarecimentos destas questões levantadas pelo Deputado Romanelli.

No momento, fiquei estarecido, preocupado, porque ele era detentor de vasta documentação, e é claro, o Deputado Romanelli está usando das suas atribuições como Deputado de Oposição, atuante, mas é claro, quando se pega uma documentação como esta aqui e usa de pontos, é claro que gera dúvidas.

Estamos trazendo esclarecimentos aos Srs. Parlamentares, mas o importante é frisar que pela primeira vez na história do BANESTADO, as reuniões da Diretoria estão sendo gravadas.

Ora, Srs. Deputados, se a Diretoria do BANESTADO fosse, por uma eventualidade, tratar de qualquer questão que não pudesse vir a público, jamais deixaria ser gravada a reunião. Isto é claro! Isso é o mesmo que qualquer delinquente, na hora em que for efetuar um delito, um roubo, avisar para que a televisão venha fazer a cobertura, que ele vai ter certo procedimento.

Está aí a mostra da lisura, da honradez, da forma como está sendo dirigido o BANESTADO. Estamos sim, fazendo todos os esforços possíveis e impossíveis para sanear o BANESTADO para todos os paranaenses.

Concedo aparte ao Deputado Romanelli.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli** - Tenho que reconhecer que Vossa excelência é, seguramente, o mais fiel seguidor que tem o Governador Jaime Lerner aqui nesta Casa, porque vejo, na Bancada que sustenta o Governo, que só Vossa Excelência tem a coragem de ir à tribuna e fazer o contraditório de graves denúncias que temos feito,

não só na questão do BANESTADO, mas como fez ontem o Deputado Péricles, em relação à questão do pedágio.

Quero dizer o seguinte: para ficar claro sobre a legitimidade, que não apenas este Parlamentar tem, mas como qualquer outro Parlamentar, se baseia na nossa Constituição Estadual, no artigo 57, que diz o seguinte: "os Deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos".

No parágrafo 5º, especifica a relação às atas, às transcrições das conversas, das decisões da Diretoria do Banco do Estado do Paraná: "os Deputados não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou presadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram, ou deles receberam informações".

Então, obviamente, a fonte que me forneceu essas informações, está preservada pelo sigilo que preceitua o livro que todos juramos respeitar, que é a nossa Constituição Estadual.

Quero dizer que Vossa Excelência, Deputado Valdir Rossoni, deve continuar ainda, certamente, estarrecido.

O SR. VALDIR ROSSONI - De jeito nenhum!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vejo que Vossa Excelência recebeu informações por parte da Diretoria do Banco do Estado do Paraná, esclarecimentos muito, mas muito fracos, que infelizmente são desmentidos pelos fatos que constam das Atas.

Mas, queria, para concluir, dizer que estou ouvindo Vossa Excelência nesta justificativa, e dizer também que certamente voltaremos à tona, até porque colocamos ontem, apenas uma parte de operações que são irregulares, e certamente aprofundaremos essa discussão, inclusive com outras medidas que certamente esta Casa há de tomar.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e mais uma vez parabênizo Vossa Excelência pela coerência em ser o porta-voz, o representante do Governador Jaime Lerner nesta tribuna.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, quanto à questão da lealdade, é uma questão de princípio. Orgulho-me muito de ser Líder do Governo Jaime

Lerner, e mais me orgulho, ainda, por participar do Governo Jaime Lerner.

Ontem, quando Vossa Excelência subiu àquela tribuna, fiquei realmente preocupado. Mas quando posso voltar aqui, e sempre pude, graças a Deus, vir aqui dar as explicações, porque a sua posição é muito mais confortável que a nossa, porque Vossa Excelência, primeiro se municia de documentação, atira e depois temos que trazer as explicações e as justificativas.

Então, minha lealdade, é uma questão de princípio. Tenho uma verdadeira admiração pelo Governador Jaime Lerner, tenho um posicionamento e uma ação conforme o que falo.

Quanto à questão do pedágio, é outra questão que não resta dúvida e não ouvi aqui, em nenhum momento, e claro que não concordo com os cálculos feitos ontem por um Parlamentar, e que o secretário de Transportes está à disposição para vir a esta Casa discutir o pedágio.

Ora, se foi uma iniciativa do nosso Governo de resolver um problema e não quisemos ser omissos quanto à questão das rodovias federais no Estado do Paraná, não temos nenhum temor, nenhuma dúvida que não possamos discutir com os ilustres Parlamentares.

Por isso - ainda não confirmado, mas quase que com segurança - está marcado para os Deputados que tiveram interesse de discutir com o Secretário de Transportes, para a próxima segunda-feira, às 16 horas, no Plenarinho, estará aqui nesta Casa, o Secretário de Transportes, o Diretor do DER e sua assessoria jurídica e os técnicos da Secretaria de Transportes, para debater com os Parlamentares que estiverem interessados em discutir esta questão com seriedade, pensando no futuro do Estado do Paraná.

Quanto ao terceiro posicionamento do Deputado Romanelli, quando ele leu a lei que protege o Deputado, gostaria que o Deputado Romanelli lesse a Constituição Federal, no seu artigo 5º, inciso X, XII; as Leis 4595/64; artigo 38 da Lei 7492/86 que vai falar sobre a questão do sigilo bancário que é muito sério e estamos colocando aqui, correntistas do Banco do Estado, sem a devida autorização, e quebrando o sigilo bancário.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Projeto de lei, de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Santana do Itararé, com sede e foro no Município de Santana do Itararé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que cria a Circunscrição

Regional de Serviços do DETRAN - CIRETRAN, no Município de Santa Helena. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 372/97

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo criar a Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN, no Município de Santa Helena.

Esta Comissão já se manifestou com relação à matéria, e analisa agora a emenda apresentada em Plenário.

Nada encontrou-se que possa impedir sua normal tramitação, portanto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Apoio: José Maria Ferreira, Carlos Simões, Duílio Genari, Toti Colaço, Basílio Zanusso, César Seleme e Élio Rusch.

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do Município de Guaraniaçu ao Município de Altamira do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 154, de 23.09.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 478/97

##### PARECER:

O projeto de lei em tela é meramente autorizatório e vem de encontro às necessidades do município representado pelo nobre Parlamentar.

Sob o aspecto legal e constitucional, conforme entendimento desta Comissão e de técnica legislativa, esta relatoria não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação, até deliberação final pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 07.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator



ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Moradores do Jardim Rio Verde, com sede e foro no Município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 178, de 21.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 573/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho de Moradores do Jardim Rio Verde, com sede e foro no Município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/98, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Saúde da Região Norte - COSNORTE, Centro Comunitário, com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 04, de 02.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 024/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho de Saúde da Região Norte - COSNORTE, Centro Comunitário, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Sucesso / PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 26, de 30.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 074/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Sucesso, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Sobre a mesa, Requerimento nº 667, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 675, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 686, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Questão de Ordem) - Apensei a esta Casa de Leis, requerimento que diz respeito a



um pedido de informações que Vossa Excelência não teve oportunidade de lê-lo, que diz respeito ao BANESTADO, com relação à Empresa AG Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Foi adiado, na forma regimental, o vosso requerimento, a pedido do Líder do Governo.

Requerimentos n°s 653 a 656, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 659 e 666, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 664, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 665, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 668, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 669 a 673 e 677, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 674, de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Cleiton Kielse e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 676, de autoria dos Srs. Deputados Sérgio Spada, Plauto Miró Guimarães, Hidekazu Takayama e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 678 a 680, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 681 a 683, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 684, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 685, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constan-

te do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 646, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) -

Tem um requerimento de minha autoria, um Pedido de Informações ao Secretário dos Transportes, sobre a proposta comercial da empresa ganhadora do Lote 05 do Anel de Integração. E ontem entrou o requerimento e o Líder do Governo pediu para que fosse discutido hoje.

O senhor não leu, temos que votá-lo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Vossa Excelência quer que coloque em votação o requerimento?

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) -

Quero discutir, para votarmos a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Já está em fase de votação.

Vossa Excelência pode usar da palavra.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Muito obrigado!

Vi a boa vontade do Líder do Governo em trazer o Secretário dos Transportes aqui, na segunda-feira. Estarei presente, sem dúvida nenhuma, acompanhado de alguns técnicos.

Acho que esta boa vontade do Líder do Governo é se manifestar na aprovação desse requerimento, para que possamos estudar com profundidade algumas questões atinentes ao Anel de Integração.

O que estamos pedindo é a cópia da proposta comercial de um dos lotes, o lote 05, apresentado pelo consórcio ganhador, onde constam todos os investimentos a serem realizados em 24 anos; o cronograma de execução das obras; quais são as obras, consta também os custos e gastos operacionais do funcionamento da rodovia; e consta também a arrecadação do consórcio ao longo dos 24 anos.

Esse documento é fundamental para que possamos perceber em profundidade a lógica do Anel de Integração.

O que fiz ontem, foi uma análise inicial com base em dados que já te-

mos, por exemplo: o investimento total de 3,3 milhões, dados do Governo. Mas, não temos ainda os dados da operação do Anel de cada rodovia, do número de veículos transportados, e é possível qualquer análise técnica mais aprofundada, não podemos dizer com exatidão qual vai ser o lucro anual de cada consórcio, ou mesmo do lote 05, se não tivermos essas informações.

Já pedi anteriormente, o Deputado Valdir Rossoni sabe, várias informações, mas infelizmente elas vieram incompletas. Essa parte fundamental que é a proposta comercial não veio, assim como não veio também a tabela de preços unitários do DER, para avaliarmos os custos de cada obra.

Então, por isso, já que o Deputado Rossoni mostrou a boa vontade de esclarecer ao povo do Paraná e aos Deputados representantes do povo paranaense a questão do Anel, com transparência, como deve ser o Parlamento, faço um apelo para que o Deputado Rossoni e sua bancada aprovem esse requerimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedo a palavra ao ilustre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, anteriormente foi pedido pelo ilustre Deputado, vários documentos oriundos da Secretaria de Transportes, e ao entregar aquela documentação, disse ao Deputado, pessoalmente, de que toda a qualquer informação que ele achasse que não estivesse dentro daquele pacote de documentos, estaríamos à disposição, e continuamos com o mesmo propósito, e com as mesmas intenções.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Em votação o requerimento do Deputado Péricles Mello: "requer da Secretaria de Estado dos Transportes, cópia da proposta comercial apresentada pelo consórcio vencedor da licitação de concessão do lote 05, do Anel de Integração, e outras informações".  
Em votação. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Apenas para registrar, com alegria, a presença do Dr. Humberto Pinheiro, nosso Vereador da Cidade de Jesuítas, que assiste a Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Perfeitamente registrado.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) -  
Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Rossoni, pela aprovação do requerimento, e divulgar nesta Casa, Sr. Presidente, que recebi a visita de um caro amigo, o jornalista Carlos Mazza, e vários artistas paranaenses que estão promovendo um grande show no Teatro Guaíra, chamado "Show da Cidade", no Guairão, no dia 1º de maio, às 21:00 horas. Participam compositores e músicos de extraordinário talento do nosso Estado. E gostaríamos de pedir aos Deputados um apoio para esse evento, não só comprando os ingressos, a 5 reais, e também porque estarão prestigiando os artistas do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/97.
- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/97.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 024 e 074/98.
- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/96.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 28 DE ABRIL DE 1998.

**"Entrega de Comenda da  
Ordem do Cruzeiro do Sul"**

Célia Marchesini

Curitiba, 13 de abril de 1998.  
Prezados(as) Senhores(as):  
Vimos por meio desta, comunicar que a Fundadora do Movimento dos Foco-

lari, virá ao Brasil, para receber a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul, em Brasília, pelo Exmo. Presidente da República, dia 5 de maio.

Após este acontecimento, realizar-se-á um encontro na Sala Nereu Ramos, dia 7, às 10:00 hs., para os políticos e empresários interessados em ter um contato com Chiara Lubich.

Chiara Lubich, personalidade internacional (Prêmio UNESCO 1997) destaca-se por seu incansável trabalho em prol da unidade em todos os sentidos: de raça, de cor, de culturas, de religiões, etc.

É idealizadora do projeto inovador chamado "Economia de Comunhão", que teve sua origem no Brasil, razão

pela qual será homenageada com a Comenda. Recebeu diversos diplomas "Honoris Causa" em Universidades do mundo todo (Polônia, Filipinas, Hong Kong, Tailândia, México, Argentina, Estados Unidos) em Teologia, Ciências Sociais, Economia, Comunicações Sociais, Filosofia.

Ficariamos muito honrados com a vossa presença, bem como com a de representantes que porventura pudessem comparecer ao evento.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção e esperamos a vossa participação.

(a) CÉLIA MARCHESINI  
As. Social CRESS nº 3093 (PR)  
p/ Movimento dos Focolari

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 094/98

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.306/94, de 30 de maio de 1994, deste Poder,

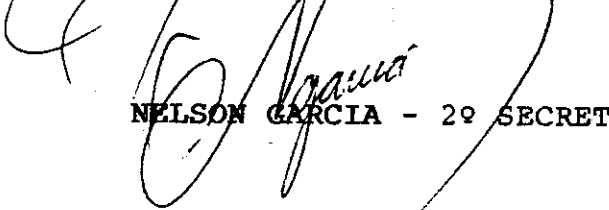
#### R E S O L V E :

conceder, aposentadoria, a pedido a LOECY TEREZINHA WOSNE, matrícula nº 40.559, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, ocupante do cargo de Agente Administrativo "A", nos termos do art. 35, inciso III, letra "c", da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais ao seu cargo efetivo; e quatro(04) quinquênios conforme Lei Estadual nº 10.068/92, combinada com o art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, calculados em conformidade, com a Resolução nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 48, desta Casa.

PALÁCIO DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 25 de março de 1998.

  
ANIBAL KHURY - PRESIDENTE

  
LUIZ CARLOS MARTINS - 1º SECRETARIO

  
NELSON GARCIA - 2º SECRETARIO

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 095/98

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R e s o l v e :

I - exonerar, a pedido, **CLAIR SCHONE**, do cargo em Comissão, símbolo LGP-1, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de abril de 1998;

II - prover, **PAULO ROBERTO HOFFMANN**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo LGP-1, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de abril de 1998.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 096/98

I - exonerar, a pedido, **IRMA ROSSATTO**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril de 1998;

II - prover, **SALETE ZÍLIO**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, **JOSÉ LEANDRO DOS SANTOS JÚNIOR**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril de 1998;

IV - prover, **PAULO HENRIQUE MANOEL MACHADO**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril de 1998, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 097/98

I - exonerar, a pedido, **WALLACE COSENDEY DE MENDONÇA**, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de abril de 1998;

II - prover, **WALLACE COSENDEY DE MENDONÇA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Cleiton Kiêlse, a partir de 1º de abril de 1998;

III - prover, **ESVANETT DA SILVA OLIVEIRA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Cleiton Kiêlse, a partir de 1º de abril de 1998.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 098/98**

I - exonerar, a pedido, **ALITA RUSCH**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de abril de 1998;

II - prover, **ALITA RUSCH**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de abril de 1998;

III - prover, **IGOR LAÉRCIO RUSCH**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de abril de 1998.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 099/98**

prover, **FÁBIO LUIZ SARTORI**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de abril de 1998.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 100/98**

prover, **ÁTILA DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da Presidência deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 101/98**

I - exonerar, a pedido, **MÁRCIA TACHINI SCHNEIDER**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de abril de 1998;

II - prover, **FRANCISCO FERNANDES DE ARAÚJO**, para exercer o cargo

go em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de abril de 1998;

III - exonerar, a pedido, **ALÉCIO RADAELLI**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1998;

IV - prover, **MÁRCIA TACHINI SCHNEIDER**, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1998;

V - exonerar, a pedido, **NERCIR LOURDES SQUAREZI**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1998;

VI - prover, **MARIA DE LURDES TAVERNA BETINARDI**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1998.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 102/98**

I - prover, **MELISSA RIBEIRO RODRIGUES**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de abril de 1998;

II - prover, **ERNANI FAVARO FILHO**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de abril de 1998.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 103/98**

I - exonerar, a pedido, **MARIA APARECIDA DIAS PERES**, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998;

II - prover, **MARIA APARECIDA DIAS PERES**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998;

III - prover, **ANA PEREIRA MEWES**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 105/98

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2622, de 25 de março de 1998, deste Poder,

**R e s o l v e :**

I - exonerar, a pedido, **MARCOS ANTÔNIO CORDIOLLI**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 5ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998;

II - prover, **SILVANA OLIVEIRA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 5ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio " DEZENOVE DE DEZEMBRO ", em 1º de abril de 1998.

**ANIBAL KHURY** - Presidente

**LUIZ CARLOS MARTINS** - 1º Secretário

**NELSON GARCIA** - 2º Secretário